

VISÃO HISTÓRICA DOS ESTUDOS SOBRE AS FUNÇÕES DAS INFORMAÇÕES DADAS/NOVAS*

Yûki Mukai

RESUMO: Este artigo tem por objetivo abordar, através de uma visão diacrônica, os estudos sobre as funções das informações dadas e novas, discutidos no Ocidente (inclusive na Europa Oriental), a fim de comparar com os mesmos estudos desenvolvidos no Oriente – Japão. A razão do nosso enfoque a essa noção binária deve-se ao fato de nosso estudo anterior (cf. nota 1) ter revelado que o morfema *wa* está relacionado, principalmente, à noção de informação dada. Além disso, como aponta Levinson (1983), existem certas divergências conceituais quanto ao termo “informação dada/nova”. Com base na discussão dos teóricos, mostraremos, finalmente, nossa posição teórica referente a esta questão terminológica.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present a diachronic account of the studies on the functions of given and new information, as described by western theoreticians (there included Eastern Europe) in order to compare them with the same study developed in the East – Japan. This binary notion was selected for our study because our previous paper (cf. note 1) revealed that the Japanese particle *wa* is related mainly to the notion of given information. Besides, as Levinson (1983) pointed out, some conceptual divergences exist as to the term “given/new information”. Based on the discussion of the theoreticians, finally, we will show our theoretical position in relation to this terminological issue.

* Este artigo encontra-se baseado em partes dos capítulos I e III (Parte teórica) da minha Dissertação de Mestrado (2003b).

PALAVRAS-CHAVE: estrutura informacional; informações dadas/novas; tema/rema; proposição estruturada pragmaticamente; morfema *wa* da língua japonesa.

KEYWORDS: information structure; given/new information; theme/rheme; pragmatically structured proposition; Japanese particle *wa*.

0. Introdução

Através dos levantamentos teóricos sobre o morfema *wa* da língua japonesa, realizados no nosso artigo anterior¹, verificou-se que as funções principais do *wa* são as de indicar tema (tópico sentencial) e contraste, sendo uma das funções secundárias a de indicar informações dadas. Constatou-se, também, que existe uma relação linear entre as noções de tema / informação dada e o morfema *wa* de tema quando o *wa* desempenha a função de indicar contraste, não se estabelece esta relação.

Isso significa que, do ponto de vista da estrutura informacional, o *wa* de tema está relacionado à quantidade e à qualidade informacional como, por exemplo, os artigos definidos e indefinidos da maioria das línguas ocidentais. Em outras palavras, o *wa* de tema veicula informações dadas, isto é, aquilo de que os interlocutores já devem ter conhecimento no momento da enunciação, inclusive informações compartilhadas situacionalmente.

Neste artigo, daremos enfoque à teoria da **estrutura informacional**, na qual se encontram as noções de **informação dada/nova**, especialmente as desenvolvidas no Ocidente (inclusive a Europa Oriental), através de uma visão histórica.

A razão do nosso enfoque a esta noção binária deve-se ao fato de que, como Umegaki (1975, p. 5) ressalta, “o objetivo da atividade lingüística baseia-se, fundamentalmente, na “comunicação [*dentatsu*]”. Com base na teoria do autor, pode-se compreender que o ato de comunicação entre os interlocutores é o de informar/transmitir informações, isto é, a ação mútua da transmissão de informação.

Isso, porém, não significa que desconsideraremos a “intenção dos interlocutores na comunicação” segundo a conceituação de Nitta (1989, p. 4):

(0-1)

A atividade lingüística é uma atividade que se estabelece através do ato de enunciação que o locutor dirige ao destinatário, constituído do julgamento, informação, emoção, volição e pedido, que o locutor elaborou mediante suas relações com o mundo exterior ou interior (Nitta, 1989, p. 4) (Tradução nossa).

Nota-se que, para o autor, a atividade lingüística não diz respeito apenas ao ato de os interlocutores informarem, mas também ao ato de exprimirem intencionalidades, tais como a emoção, volição ou pedido, isto é, ao ato de o locutor expressar sua subjetividade direcionada ao destinatário.

1. Cf. Mukai, *Estudos Japoneses* n.22, 2002, p. 113-145. Cf. também o capítulo II da Dissertação de Mestrado do autor (2003b).

Enfim, a postura com relação à atividade lingüística depende do ponto de vista de quem a apreende, dentro da qual se focaliza aquilo que se considera mais importante para sua análise. Nosso maior interesse encontra-se no ato lingüístico através do qual os interlocutores informam e (pre-)supõem, com base, em particular, na quantidade e qualidade informacional com relação à proposição estruturada pragmaticamente na comunicação (cf. item 2.7.). Acreditamos que as informações dadas e novas estão relacionadas a certos fenômenos léxico-gramaticais das línguas naturais (tais como a ordem das palavras, a escolha/uso dos morfemas *wa* e *ga*, e algumas estruturas sintáticas). Em outras palavras, os fenômenos lingüísticos serão representados, de forma lexical e gramatical, conforme o conteúdo a ser transmitido, isto é, a quantidade e qualidade informacional. É por isso que procuramos trabalhar com a Pragmática Funcionalista/Sintaxe Funcional (não com a Lingüística Formal, tais como a Gramática Gerativa [*seisei bunpô*] de Chomsky ou a Gramática de Montague).

No próximo item, procuraremos, primeiramente, considerar as noções de informações dadas e novas desenvolvidas por teóricos da Escola Funcionalista de Praga – que enfatiza a função de transmissão na atividade lingüística –, que contribuíram tanto para o surgimento da Sintaxe Funcional nos Estados Unidos da América (cf. Kawakami, 1981, p. 19), quanto para a *Systemic Functional Linguistics*, proposta por Halliday, e o desenvolvimento da Lingüística Textual na Europa (cf. Maynard, 1997, p. 16).

Mesmo dentro da Escola Funcionalista de Praga (EFP) há divergências entre os lingüistas quanto à noção de tema, razão pela qual utilizaremos, doravante, as seguintes abreviações, a fim de elucidar a qual noção de tema estamos nos referindo dentro do nosso texto:

(0-2)

tema-f = tema da frase, cuja noção foi introduzida, originalmente, por Mathesius, da EFP e seus seguidores Firbas (1964) e Daneš (1974), entre outros. Para eles, tema é aquilo sobre o qual o locutor está falando (e o rema é aquilo que ele está dizendo sobre o tema);

tema-i = tema, que corresponde ao elemento inicial da frase, isto é, o primeiro elemento da frase, cuja noção foi adotada, por exemplo, por Trávníček e Kurzon (1988), da EFP, Halliday (1967) e Fries (1995), entre outros;

tema-d = tema discursivo (tópico discursivo), isto é, tema comum do texto/discurso, apresentado, por exemplo, por Brown & Yule (1983), entre outros;

tema-s = tema da frase, que corresponde à noção de *shudai* [tema], relacionada ao morfema *wa* da língua japonesa, e desenvolvida, principalmente, por teóricos japoneses, tais como Sakuma (1952), Kitahara (1981), Saji (1991), entre outros.

1. A visão dos teóricos da Escola Funcionalista de Praga (EFP)

Antes da Escola Funcionalista de Praga (EFP) aprofundar as noções de tema e rema (informação dada e nova), segundo Hajièová (cf. 1994, p. 245), o filósofo francês Henri Weil (1844) – que pesquisou a ordem das palavras da língua francesa clássica e moderna – fez uma observação importante sobre a articulação refletida na estrutura textual, distinguindo “*marche parallèle*” de “*progression*”. Essas duas noções denotam,

respectivamente, “*whether the subsequent utterances in a text are related by a common ‘theme’ or whether what we call the focus of one utterance is related to the topic of the next subsequent utterance*”²

Nota-se que as noções de *marche parallèle* e *progression* foram desenvolvidas, originalmente, com base na dimensão do texto, sendo equivalentes, respectivamente, à noção de tópico discursivo, que tem a função de manter o tema comum do texto, e à de foco (rema), que desempenha a função de fazer progredir o texto.

Foi Vilém Mathesius – um dos fundadores do Círculo Lingüístico de Praga³, em 1926 – quem introduziu as noções de tema (tema-f) e rema na EFP, distinguindo-as da relação gramatical de sujeito e predicado, sob a influência de Weil (cf. Maynard, 1997, p. 16). Segundo a interpretação de Kurzon (1988, p. 155) concernente às noções de Mathesius:

(1-1)

[...] *the basis is what the speaker is talking about and the nucleus what he is saying about the basis. The terms ‘theme’ and ‘rheme’ are now used instead of ‘basis’ and ‘nucleus’ respectively. [...] in what Mathesius calls objective word order [pooad objektivní] the theme of the sentence is identical with the subject, and the rheme with the predicate. But in a sentence with a subjective word order [pooad subjektivní] other elements other than the subject may occur as theme* (Kurzon, 1988, p. 155).

Observa-se que Mathesius levantou a questão da noção binária de tema/rema com enfoque na dimensão da frase, do ponto de vista da estrutura temática. Em relação às ordens objetiva e subjetiva, designadas por Mathesius, Kurzon (cf. 1988, p. 155) considera que, hoje, se utilizam comumente os termos *unmarked order* [ordem não-marcada] e *marked order* [ordem marcada]⁴, respectivamente, ressaltando que se utiliza o segundo caso para se expressarem as emoções dos interlocutores.

As noções de tema e rema de Mathesius fazem-nos lembrar as noções de *daimokugo* [tema] e *kaisetsugo* [comentário, rema], introduzidas por Matsushita (1930), e as de *kadai* [questão, tema] e *kaisetsu* [comentário, rema] por Sakuma (1952) que apontou o inter-relacionamento entre o tema (tema-s) e o comentário (rema) na dimensão da frase (cf. Mukai, 2002). É interessante notar que, tanto no Ocidente quanto no Japão, o desenvolvimento das noções de tema-f/tema-s e rema ocorreu aproximadamente na mesma época.

2. Cf. Hajiëová, 1994, p. 245. Hajiëová (cf. 1994, p. 247) utiliza os termos “tópico” e “foco” (“comentário”) em seu artigo, os quais correspondem à noção binária de tema (tema-f) e rema, respectivamente. A autora (cf. 1994, p. 250) ressalta que, para a análise do ponto de vista da articulação de tópico e foco, deve-se incluir a noção de contexto anterior ou situacional. (Ver adiante.)
3. O Círculo Lingüístico de Praga foi fundado em 6 de outubro de 1926, em Praga, sob a presidência do filólogo V. Mathesius, três lingüistas tchecos, B. Havránek, J. Rypka e B. Trnka, e um russo, Roman Jakobson – os quais deram destaque especial à fonologia e estilística. Cf. Guinsburg (Org.), 1978, p. 11.
4. Halliday (1967) e Tsukada (2001), entre outros, introduziram as noções de tema não-marcado e marcado, as quais são semelhantes às de Kurzon (1988). Cf. item 2.1.

Seguindo a linha de Mathesius, Jan Firbas (1964) e František Daneš (1974), da mesma escola, aprofundaram as noções anteriores, do ponto de vista da função da perspectiva funcional da frase [*functional perspective sentence*]⁵, introduzindo a teoria do *communicative dynamism* (CD) [dinamismo comunicativo], e de *thematic progressions* (TP) [progressões temáticas], respectivamente. Segundo a interpretação de Erteschik-shir (1988, p. 148) concernente à primeira noção, “*by the degree of communicative dynamism (CD) carried by a sentence element we understand the extent to which the sentence element contributes to the development of the communication, to which it ‘pushes the communication forward’* In Firbas’ framework the theme is ‘constituted by the sentence element (or elements) carrying the lowest degree(s) of CD within the sentence. The rheme, on the other hand, is the element with the highest CD. The rest of the sentence is called the transition’”, que corresponderia, principalmente, aos elementos temporais e modais do verbo.

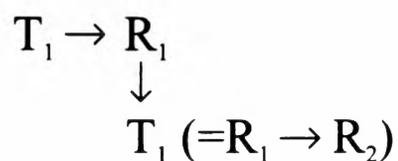
Nota-se que o autor enfatizou ser a comunicação não um fenômeno estático, mas dinâmico. Para Firbas – que analisou o tema e o rema na dimensão da frase –, o tema (tema-f) é mais estático e o rema é mais dinâmico em termos comunicativos, pois o rema é que contribui mais para o desenvolvimento da comunicação, fazendo-a avançar. Em outras palavras, comparado ao tema-f, o rema constitui-se de elementos mais informativos para os interlocutores. É por isso que o rema é o(s) elemento(s) do dinamismo comunicativo cujo grau é mais alto.

Vale mencionar que esta noção de Firbas é semelhante à de Mikami (1953, p. 81) que ressaltou: dentro de um enunciado, “o comentário (rema) sem tema é ainda significativo, mas o tema (tema-s) sem comentário (rema) é totalmente inócuo”

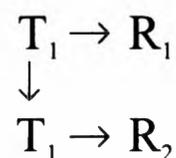
Daneš (1974) – que adotou as definições de tema (tema-f) e rema, de Mathesius –, introduziu os esquemas de *thematic progression* (TP) [progressão temática], a fim de esclarecer a seqüência do tema (T) e do rema (R) da frase dentro do texto/discurso. Apresentaremos, a seguir, os três esquemas de Daneš⁶ com relação à progressão temática:

(1-2) Progressões temáticas (TP)

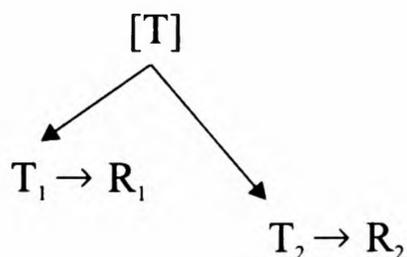
1. Progressão temática linear



2. Progressão temática com um tema constante



3. Progressão com tema derivado



5. Segundo a interpretação de Maynard (1997, p. 17), na *functional perspective sentence*, “não se considera a frase como algo abstrato, mas como enunciação, podendo-se separá-la em dois elementos: tema (o ponto inicial da informação) e rema (o centro da informação), sendo que ambos desenvolvem-se em linha reta, do tema para o rema, conforme a função da *functional perspective sentence*”

6. *Apud* Erteschik-shir, 1988, p.150.

Nota-se que, no esquema 1, o rema é mais dominante que o tema (tema-f), já que o texto/discurso se desenvolve com base no rema da frase/enunciado anterior; por outro lado, no esquema 2, o tema (tema-f) é mais dominante que o rema, pois permanece o mesmo tema-f (ou elemento co-referencial) na seqüência do texto/discurso. No caso do esquema 3, “T₁” ou “T₂” é um elemento restrito ao “T”, e às vezes, pode ser um elemento contrastivo ao “T” (mas não pode ser um elemento co-referencial do “T”) que possui uma noção geral, razão pela qual Daneš designou o “T”, no esquema 3, como *hypertheme* [hipertema]⁷ (cf. Erteschik-shir, 1988, p. 152).

Levando em consideração os esquemas de Daneš, Erteschik-shir (cf. 1988, p. 150-151) introduziu os seguintes termos: para o esquema 1, *dominance-chaining* [encadeamento com base no rema]; para o 2, *topic-chaining* [encadeamento com base no tópico]; para o 3, *restrictive dominance* [rema restrito]⁸. Eis os exemplos levantados por Erteschik-shir (1988, p. 151) (grifo nosso):

(1-3) *The boy gave the teacher the book he was holding in his hand.*
He was happy. [Topic-chaining] ([13] de Erteschik-shir)

(1-4) *A boy came into the classroom. He gave the teacher the book he was holding in his hand.*
 [Dominance-chaining] ([14] de Erteschik-shir)

(1-5) Speaker A: *Do any of the teachers have a book?*
 Speaker B: *Yes, I gave the Math teacher one.* [Restrictive dominance]
 ([15] de Erteschik-shir)

Quanto ao exemplo (1-3), segundo Erteschik-shir, o elemento *he* do segundo enunciado refere-se a *the boy* (do primeiro enunciado) e não a *the teacher*, pois o componente *the teacher* não é potencialmente dominante no primeiro enunciado. Esta explicação, porém, não parece satisfatória, pois, dependendo do enunciado que segue o segundo enunciado, quem ficou feliz poderia ser *the teacher*, recebendo o livro do menino. De qualquer forma, o que vale ressaltar é que, quando permanece o mesmo tema (tema-f) ou elemento co-referencial na seqüência do texto/discurso, pode-se considerar tal encadeamento como *topic-chaining*.

Quanto ao exemplo (1-4), Erteschik-shir afirma que não existe nenhum *topic of a sentence* (tema-f) no primeiro enunciado, como sendo *presentation sentence* [frase referente à descrição de impressão ou de fenômeno]⁹ que possui a função de introduzir novo(s) tópico(s) no texto/discurso. Em outras palavras, o primeiro enunciado do exemplo (1-4) compõe-se apenas do *dominance* (rema). Observa-se, então, que o *topic of a sentence* (tema-f) do segundo enunciado (*he*) foi mencionado com base no rema do enunciado anterior (*a boy*), razão pela qual o encadeamento é do tipo *dominance chaining*.

7. Este conceito, apresentado por Daneš é semelhante aos de supertópico (um conjunto de tópicos) e subtópico (níveis menores de particularização), proposto por Fávero (1997), e aos de *shudai* [tema] e *fukudai* [sub-tema], por Mikami (1953).

8. Segundo Erteschik-shir (cf. 1988, p. 150), os termos “*topic*” e “*dominance*” utilizados em seu artigo, correspondem, *grosso modo*, ao tema (tema-f) e rema, respectivamente.

9. A *presentation sentence* corresponde à *event-reporting sentence*, apresentada por Lambrecht (1994).

No encadeamento do exemplo (1-5), diferentemente dos exemplos anteriores, vê-se a noção “hipertema”. Erteschik-shir afirma que o locutor “A” enunciou supondo que deveria haver um conjunto particular de professores na mente do destinatário. Dentro desse contexto, é natural estabelecer-se um conjunto restritivo para o “B” responder, isto é, para escolher um elemento (nesse caso, professor) dentro desse conjunto. Foi nesse sentido que Erteschik-shir utilizou o termo *restrictive*.

Em nossa comunicação diária, observam-se, indubitavelmente, diversas combinações de encadeamento, além das apresentadas acima. O que vale ressaltar é que, no nível pragmático, cada encadeamento está relacionado à intenção e suposição dos interlocutores (com relação à proposição estruturada pragmaticamente), e no nível semântico, o tema funciona como um elemento coesivo, dando seqüência ao conteúdo da frase/enunciado anterior (quanto aos detalhes, ver a seguir).

Kurzon (1988) analisa o tema do ponto de vista da lingüística textual, dando enfoque às duas posições principais existentes hoje quanto ao conceito de tema. Segundo o autor (1988, p. 156):

(1-6)

There are today two general viewpoints concerning the definition of ‘theme’ The first is the definition of theme in terms of the relative amount of information conveyed by the elements in the sentence, and the second in terms of position in the sentence. The first point of view is represented by Firbas and other Czechoslovak linguists working within the Prague School tradition, and the second principally by František Trávníček, several non-Czechoslovak linguists¹⁰, and those, principally American, linguists who speak of topic and comment rather than theme and rheme (Kurzon, 1988, p. 156).

Esta visão é muito importante para orientar os estudos sobre “tema/rema (informação dada/nova)” O autor (1988, p. 158), adotando a segunda posição mencionada acima, define o tema: “*the initial element in the sentence is the theme, regardless of whether it conveys given information or not. [...] the theme, as the initial element in the sentence, functions as a cohesive device, since in its definiteness the element coheres with some element in the preceding text, or with the extratextual context*”¹¹

Nota-se que, para Kurzon, o tema diz respeito ao primeiro elemento colocado na frase, independentemente do (con-)texto anterior ou contexto situacional, isto é, a quantidade/qualidade informacional do mesmo elemento, dentro da estrutura

10. Por exemplo, Halliday (1967) e gerativistas americanos (e.g., Hockett [1958]), entre outros, segundo Kurzon (cf. 1988, p. 157).

11. A segunda posição, referida em (1-6) foi adotada por, além de Kurzon (1988), por exemplo, Halliday (1967) e Fries (1995). Fries (1995, p. 318) define o tema: “*Theme is not topic (or given or even necessarily nominal). Rather, Theme functions as an orienter to the message. It orients the listener/reader to the message that is about to be perceived and provides a framework for the interpretation of that message*”

informativa. Em outras palavras, para o autor, a noção de tema está relacionada à estrutura temática (a ordem das palavras, organização temática etc.).

Neste estudo, optamos pela primeira posição referida em (1-6), porque adotamos, como *framework* do nosso trabalho, a teoria da estrutura informativa, proposta por Lambrecht (1994). Neste *framework* teórico, como ressalta o autor, o elemento inicial da frase pode constituir tanto o “tópico sentencial” (que veicula informação dada) quanto o “foco” (que veicula informação nova).

A razão dessa opção deve-se ao fato de que, como ressaltamos no nosso artigo anterior (cf. nota 1), o morfema *wa* da língua japonesa tem as funções principais de indicar tema (tema-s) e contraste, e, principalmente, porque o *wa* de tema coincide com a noção de informação dada, isto é, o *wa* de tema está relacionado à quantidade e qualidade informativa. Verificou-se, ainda, que, além da ordem das palavras em japonês ser mais livre, se comparado ao inglês, o morfema *wa* pode surgir mais de uma vez na frase/enunciado. Assim, nota-se que a primeira posição vista em (1-6) é mais vantajosa e valiosa para nós – que estamos engajados com o morfema *wa* da língua japonesa.

Embora nossa posição seja diferente de Kurzon, vale resgatar a noção de que: “o tema [...] funciona como um dispositivo coesivo”, a qual nos faz lembrar a posição de Maynard (1997), quando ressalta que o morfema *wa* está relacionado à coesão e à coerência do texto/discurso.

Podemos afirmar, então, que, do ponto de vista da dimensão do texto/discurso, é o tema (tema-f/-s) que possui a função de coesão textual¹², estabelecendo a continuidade de sentido, isto é, a coerência¹³ no/para o texto/discurso. Em outras palavras, mesmo quando o rema apresenta o grau mais alto de *communicative dynamism* (CD), o texto/discurso não se constituirá somente dos elementos remáticos (embora existam as frases/enunciados sem tema-f/-s), em função do tema, acima mencionado. Assim, pode-se dizer que a qualidade informativa do rema é maior que a do tema (tema-f/-s), enquanto a quantidade informativa do rema é menor que a do tema (tema-f/-s).

Apesar de Kurzon (1988) ter abordado a noção de tema na dimensão do texto/discurso, essa noção do autor levou-nos a considerar que, mesmo dentro do enunciado/

12. O conceito de coesão textual, aqui, referido, equivale àquilo que foi definido por Koch (1997, p. 19): “o conceito de coesão textual diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”

13. Segundo Koch & Travaglia (1998, p. 21), a coerência textual “está diretamente ligada à possibilidade de se estabelecer um sentido para os usuários, devendo, portanto, ser entendida como um princípio de interpretabilidade, ligada à inteligibilidade do texto numa situação de comunicação e à capacidade que o receptor tem para calcular o sentido deste texto” Marcuschi (2000, p. 76), por sua vez, afirma que o conceito da coerência conversacional está relacionado à organização do tópico discursivo, definindo esse conceito como segue: “a coerência é um processo global e implica interpretação mútua, local e coordenada. Serve-se de uma série enorme de recursos, tais como unidades lexicais, estereótipos, marcadores, dispositivos não-verbais, recursos supra-segmentais e muitos outros”

frase, a qualidade informacional do rema é maior que a do tema (tema-f/-s), razão pela qual a noção de rema da frase está associada às de foco e informações novas (embora elas sejam independentes).

Hajièová (1994, p. 260) é uma das lingüistas que considera que “cada enunciado tem um foco (rema)¹⁴, pois, do contrário, o enunciado não veiculará nenhuma informação relevante para a comunicação e faltará alguma força ilocucionária, embora existam enunciados sem nenhum tópico (correspondendo ao *thetic judgment*¹⁵)” Nós também adotamos a mesma posição da autora¹⁶, pois, como vimos na introdução, o objetivo da atividade lingüística baseia-se, fundamentalmente, na comunicação, isto é, parte-se do pressuposto de que cada enunciado contém elementos informativos para os interlocutores – que trocam/introduzem as idéias/informações ou exprimem sua atitude subjetiva, tais como julgamento, suposição, volição, emoção e ordem.

Observemos um exemplo levantado pela autora (1994, p. 247):

(1-7)

a. *Yesterday was the last day of the Davis Cup match between Australia and SWÉDEN.*
[Ontem foi o último dia do jogo da Copa Davis entre a Austrália e a SUÉCIA.]

b. *Australia WON the match.* [A Austrália VENCEU o jogo.]

c. *The match was won by AUSTRALIA.* [O jogo foi vencido pela AUSTRÁLIA.
A AUSTRÁLIA venceu o jogo.]

[Obs.: As palavras em caracteres maiúsculos indicam a entonação principal na frase.]

A autora (cf. 1994, p. 250) ressalta que, ao analisarem-se os enunciados, do ponto de vista da articulação do tema/rema, deve-se considerar o contexto situacional ou a estratégia comunicativa utilizada pelos interlocutores, sendo mais fundamental os elementos semântico-lexicais (e.g., artigos (in-)definidos) e os sintáticos (e.g., ordem das palavras) da frase, para a determinação dos elementos temáticos e remáticos dentro do enunciado. É por isso que a autora colocou a proposição (1-7a) no exemplo acima.

Hajièová afirma que *Australia* em (1-7b) e *the match* em (1-7c) funcionam como tópico sentencial (tema-f), enquanto *the match* em (1-7b) e o verbo *was* em (1-7c) encontram-se em posição intermediária, isto é, esses componentes não pertencem ao tópico sentencial nem ao comentário (rema).

A posição intermediária, acima referida pela autora, parece secundária para nosso estudo, pois tanto o componente *the match* em (1-7b) quanto o verbo *was* em (1-7c)

14. Quanto à posição da autora, referente à noção binária de tema e rema, ver nota 2. Cabe lembrar que a posição da autora é semelhante à do teórico japonês Mikami (1953).

15. Exemplo de “*topicless*” levantado pela autora (1994, p. 250): *A new poem by X. Y. has attracted much ATTENTION.* [Obs.: A palavra em caracteres maiúsculos indica a entonação principal na frase.]

16. Não adotamos a postura do teórico japonês Ôno (1978) – que afirmou existirem enunciados em japonês compostos apenas dos elementos de informações dadas.

constituirão parte do foco sentencial¹⁷ do ponto de vista da teoria de estrutura informacional, proposta por Lambrecht (1994), como mostram os esquemas seguintes:

<p>(1-7b`)</p> <p>PEP: Ontem foi o último dia do jogo da Copa <i>Davis</i> entre a Austrália e a Suécia. <u>Australia WON the match.</u> Tópico sentencial: <u>Australia</u> Foco: <u>won the match</u> ID/PD: <i>Australia (played)</i> IN/PD: <i>won the match</i> Tópico domain: SN Foco domain: SV</p>	<p>(1-7c`)</p> <p><i>The match was won by AUSTRALIA.</i> Tópico sentencial: <u>The match</u> Foco: <u>was won by Australia</u> ID/PD: <i>The match (was realized yesterday)</i> IN/PD: <i>was won by Australia</i> Tópico domain: SN Foco domain: SV</p>
---	--

[Obs.: PEP = Proposição estruturada pragmaticamente; ID/PD = Informação dada no nível pragmático-discursivo; IN/PD = Informação nova no nível pragmático-discursivo; SN = Sintagma nominal; SV = Sintagma verbal.]

A autora (cf. 1994, p. 247) analisa, ainda, o ato da escolha do tópico sentencial do locutor, comparando o tópico de (1-7b) com o (1-7c), e ressalta que, mesmo a noção de contexto anterior ou situacional sendo um fator importante para a distinção de tópico e comentário (tema e rema), essa noção nem sempre determina a escolha do tópico e comentário. Para essa determinação, o que está envolvido no enunciado, na verdade, são as “*speaker’s minds*” Em outras palavras, a ordem das palavras ou a escolha do tópico sentencial depende não apenas da relação gramatical, em termos sintático-semânticos, ou da progressão temática, levantada por Daneš, mas também do nível pragmático-discursivo, isto é, o estado mental dos interlocutores, tais como a suposição, volição, emoção, ou a estratégia comunicativa.

Neste item, procuramos resgatar, brevemente, a visão histórica dos estudos sobre as noções de tema (tema-f/tema-i) e rema, originalmente desenvolvidas por teóricos da Europa Oriental, isto é, da Escola Funcionalista de Praga (EFP), já que nos pareceu importante e valioso considerar seus postulados pelo fato de que esses estudos sobre o tema e rema contribuíram, de forma significativa, para os estudos posteriores, relacionados às noções de tópico/foco e informação dada/nova, desenvolvidos tanto na Europa Ocidental quanto nos Estados Unidos da América.

Quanto à noção de tema, verificou-se que há divergências mesmo entre os teóricos da EFP, as quais podem ser divididas em duas posições principais (cf. [1-6]): aquela que considera o tema do ponto de vista da estrutura temática; aquela que considera o tema do ponto de vista da estrutura informacional. Ressaltamos que nós adotamos a segunda posição, que considera o tema sob o aspecto da quantidade relativa de informação veiculada pelos elementos na frase/enunciado. Deve-se lembrar, portanto, que, para nós, o primeiro elemento da frase/enunciado nem sempre será tema da frase.

17. Lambrecht (1994) ressalta que o tópico sentencial se compõe de um referente, o qual será expresso, sintaticamente, na categoria de argumento e não será expresso nas orações que servem como predicado, isto é, na categoria de predicado, razão pela qual tanto *the match* em (1-7b) quanto *was* em (1-7c) não constituem o tópico sentencial na nossa análise.

2. A visão dos teóricos no Ocidente

2.1. A posição de Halliday (1967)

Na Europa Ocidental, foi Halliday quem, primeiramente, prestou atenção especial às noções de tema/rema, desenvolvidas pela Escola Funcionalista de Praga, e elas foram posteriormente expandidas entre lingüistas anglo-americanos (cf. Brown & Yule, 1983, p. 153).

Há um artigo importante de Halliday (1967), intitulado “*Notes on transitivity and theme in English*” no qual o autor (cf. 1967, p. 212) trata das noções de informação dada/nova na dimensão da unidade estrutural [*structural unit*], levando em conta o texto/discurso anterior, enquanto analisa as noções de tema/rema na dimensão da unidade da estrutura frasal [*sentence structure*], independentemente do contexto anterior.

Observa-se que, para Halliday, as noções de tema e rema encontram-se na dimensão da frase e as de informação dada e nova, na dimensão do texto/discurso, isto é, cada par das noções é independente, e a unidade/dimensão para a análise lingüística é diferente em cada um desses pares. Assim, Halliday (*op. cit.*, p. 212) define o tema:

(2-1) Tema segundo Halliday (1967)

Basically, the theme is what comes first in the clause; [...] The theme is what is being talked about, the point of departure for the clause as a message; and the speaker has within certain limits the option of selecting any element in the clause as thematic (Halliday, 1967, p. 212) (grifo nosso).

Nota-se que, para Halliday, o tema é o primeiro elemento da frase e “*the point of departure for the clause as a message*” e o rema, do restante da frase. Deve-se lembrar que esta posição equivale à de Kurzon (1988), da EFP, o qual considerou o tema sob o critério de sua posição na frase (cf. item 1).

É interessante notar que Halliday afirmou haver algumas restrições¹⁸ para a escolha do tema da frase, que dizem respeito à opção do tipo de tema, realizada pelos interlocutores, isto é, o *unmarked theme* e *marked theme* (ver adiante).

Vejamos outra definição de tema, proposta por Halliday (1970):

(2-2) Tema segundo Halliday (1970)

[...] o tema é outro componente da complexa noção do sujeito, a saber o ‘sujeito psicológico’; é como se ele fosse o cabide ao qual se pendura a mensagem, sendo o tema o corpo da mensagem. Em inglês, o tema de uma oração é o elemento colocado em primeira posição (Halliday, 1976 [Ed. original 1970], p. 155)¹⁹ (grifo nosso).

18. Vale ressaltar que o gramático japonês Matsushita (1930) introduziu o conceito “predeterminado” quanto ao tema.

19. HALLIDAY, M.A.K. “Estrutura e função da linguagem”. In: LYONS, John (Org.). *Novos horizontes em lingüística (New Horizons in Linguistics)*. Tradução de Geraldo Cintra, Carlos Vogt, Edward Lopes, Jesus Antônio Durigan e José Paulo Paes. São Paulo: Editora Cultrix, 1976, p. 155. (Ed. original, 1970).

Novamente, o lingüista ressalta que o tema constitui o primeiro elemento da frase, sendo considerado como “sujeito psicológico” Eis dois exemplos levantados por Halliday (1967, p. 212-213):

(2-3) John saw the play yesterday. (p. 212)
Tema Rema

(2-4) the play John saw yesterday. (p. 213)
Tema Rema

Conforme afirma o autor, o tema corresponde a “*John*” e “*the play*” (de 2-3 e 2-4, respectivamente) e o rema, ao restante de cada frase. Halliday classificou, ainda, o tema em duas subcategorias: *unmarked theme* [tema não-marcado] e *marked theme* [tema marcado], os quais correspondem ao tema de (2-3) e (2-4), respectivamente. Em outras palavras, o tema não-marcado está relacionado ao caso não-marcado (isto é, caso nominativo) e o tema marcado, ao caso marcado (isto é, demais casos, exceto o nominativo). É interessante notar que a noção de tema marcado é semelhante à de “*wano kenmu* [função superposta de *wa*]”, introduzida pelo teórico japonês Mikami (1960).

De acordo com a teoria de Halliday, já que qualquer elemento inicial na frase é tratado como tema, os primeiros elementos, vistos nos seguintes exemplos (1967, p. 212-213) também constituirão o tema da frase:

(2-5) Who saw the play? (p. 212)
Tema Rema

(2-6) Did John see the play? (p. 213)
Tema Rema

Fica claro, então, que, para Halliday – que considera o tema como “o ponto de partida da mensagem” –, qualquer elemento que inicia a frase se tornará tema (tema-i), independentemente da quantidade/qualidade informacional desse elemento.

Embora não adotemos, para nosso estudo²⁰, a posição de Halliday, referente ao conceito de tema da frase, do ponto de vista da estrutura temática, vale ressaltar que o primeiro elemento da frase foi designado, pelo autor, de “sujeito psicológico”

Retomaremos, agora, as noções de informação dada/nova, apresentadas por Halliday (1967), as quais nos pareceram mais valiosas para nosso estudo. Vejamos, primeiramente, a noção de *information units*, introduzida pelo autor, como sendo a base teórica para as outras noções: foco e informação dada/nova.

Halliday (cf. *op. cit.*, p. 200) afirma que, do ponto de vista da estrutura informacional, o discurso consiste da linearidade sucessiva de “*message blocks*”

20. Quanto à nossa posição, já a esclarecemos quando nos referimos à teoria de Kurzon (1988), da Escola Funcionalista de Praga (cf. item 1).

designada “*information units*”, as quais serão realizadas fonologicamente pela tonalidade [*tonality*]/*tone groups*²¹. Eis os exemplos levantados pelo autor (*op. cit.*, p. 201):

(2-7) // *John saw the play yesterday* // (a single tone group [unmarked tonality])

(2-8) // *John // saw the play // yesterday* // (three tone groups [marked tonality])

Segundo Halliday, no caso do exemplo (2-7), como a tonalidade não está marcada, o enunciado possui apenas uma “*information unit*”. No caso do (2-8), por sua vez, a tonalidade está marcada com os três grupos tonais, por isso, o enunciado possui três “*information units*”. Nota-se que, para o autor, a noção de *information units* está associada à noção de unidade fonológica, isto é, *punctuation*.

A noção de “*tone groups*”, acima apresentada, porém, foi criticada posteriormente por Brown & Yule (cf. 1983, p. 158), pelo fato de que esse critério acarreta problemas na identificação dos *tone groups* na fala espontânea²². Este ponto constitui, também, uma das razões pelas quais não trabalharemos, neste estudo, com os fenômenos prosódicos/fonológicos. (Referir-nos-emos, novamente, a esta questão mais adiante.)

Abordaremos, agora, a noção de *information focus*, apresentada por Halliday. O autor (cf. *op. cit.*, p. 203), afirmando que cada *information unit* possui o *information focus* relacionado à estrutura fonológica, isto é, ao acento principal (núcleo tônico), define o *information focus*:

(2-9) *Information focus* segundo Halliday

Information focus is one kind of emphasis, that whereby the speaker marks out a part (which may be the whole) of a message block as that which he wishes to be interpreted as informative. What is focal is ‘new’ information; not in the sense that it cannot have been previously mentioned, although it is often the case that it has not been, but in the sense that the speaker presents it as not being recoverable from the preceding discourse” (Halliday, 1967, p. 204) (grifo nosso).

Nota-se que, para Halliday, o componente focal da frase (isto é, o componente, sobre o qual recai o acento focal/acento principal) será transmitido como uma mensagem informativa, constituindo informação nova, a qual não é recuperável a partir do discurso anterior. Em outras palavras, para o autor, o *information focus* ajuda a distinguir os elementos de informação nova dos elementos de informação dada dentro da estrutura informacional.

21. Segundo a interpretação de Brown & Yule (1983, p. 155), os “*tone groups*” dizem respeito a “*breath groups*”, “*phonemic clauses*” ou “*tone units*”. Essa noção de Halliday foi criticada posteriormente por Brown & Yule (1983). Quanto aos detalhes, ver mais adiante.

22. Os autores (1983, p. 158) afirmam: “*in unplanned spontaneous speech, there are problems in identifying the tone group by phonological criteria alone. In principle, if tone groups really can be distinguished by phonological criteria alone, it should be possible to identify them from a content-indecipherable, but tone-clear, recording. In practice it is not*”

Quanto à noção de informação nova, observa-se que o autor não está se referindo ao nível semântico-lexical (“*not in the sense that it cannot have been previously mentioned*”), mas ao nível pragmático-discursivo, isto é, para o autor, existe a relação linear entre *information focus* e informação nova no nível pragmático-discursivo.

Quanto à informação dada, por sua vez, o lingüista (1967, p. 211) afirma que “*the given is offered as recoverable anaphorically or situationally*” Nota-se que, para Halliday, a informação dada²³ diz respeito à informação recuperável em termos tanto anafórico (textual) quanto exofórico (situacional), razão pela qual “*information is thus closely bound up with cohesive patterns such as those of substitution and reference*” (Halliday, 1967, p. 211). Em outras palavras, as informações dadas estão relacionadas às funções de substituição e referência que formam a coesão textual²⁴, a qual estabelece relações de sentido entre um elemento do texto/discurso e outro elemento importante/marcante para sua interpretação.

As noções de informação nova e dada postuladas por Halliday trazem, de certa maneira, algumas informações que servem para nossa análise, porém, para nós, o acento tônico ou o tom [*pitch*] mais alto nem sempre marca o foco sentencial, conforme indicaram Brown & Yule²⁵.

Enfim, para Halliday, o conceito das funções de informação dada é distinto do conceito de tema, sendo o primeiro caso tratado na dimensão do texto/discurso, isto é, a quantidade/qualidade informacional, e o segundo caso, na dimensão da frase, sem considerar-se o co-texto/contexto.

O que vale ressaltar é a importância da intenção dos interlocutores na comunicação, enfocada por Halliday (1967, p. 211), do ponto de vista pragmático-discursivo: “*the speaker both organizes the act of communication into a chain of message blocks, the ‘information units’ and specifies within each message block the value of the components in the progression of the discourse*”

2.2. A posição de Chafe (1970)

Chafe é um dos lingüistas que aborda, nos Estados Unidos da América, regras do discurso tais como informação dada/nova, foco/contraste e tópico sentencial (cf. Maynard, 1997, p. 100). Vejamos, então, as definições das noções de informação nova e dada, propostas pelo lingüista (1970):

23. O lingüista (1967, p. 212) estabelece, de forma sumariada, a diferença entre informação dada e tema: “*while ‘given’ means ‘what you were talking about’ (or ‘what I was talking about before’), ‘theme’ means ‘what I am talking about’ (or ‘what I am talking about now’)*” (grifo nosso).

24. Cf. nota 12 deste artigo.

25. Brown & Yule (1983, p. 165) ainda ressaltam: “*it was possible to show that the phonetic cues which have traditionally been claimed to mark the tonic (maximal pitch movement, maximal pitch height and maximal intensity) rarely cumulated on one word in spontaneous speech (except in cases of contrast), but tended to be distributed separately or paired, over words introducing new information. [...] We [...] abandon the notion of a single tonic realising the focus of an information unit*”

(2-10) Informação nova e velha²⁶ segundo Chafe

Quanto à **informação nova**, “o falante considera ser nova alguma parte da informação que ele está comunicando; é informação que ele está introduzindo na mente do ouvinte pela primeira vez (p. 218)” Os “elementos da estrutura superficial que trazem informação nova são (com algumas exceções) pronunciados com um tom mais alto (e maior amplitude) do que os que trazem informação velha (p. 221)”

A **informação velha**, por sua vez, é a “informação que o falante e o ouvinte já possuem em comum no momento em que a oração é enunciada. [...] A informação velha pode ser compartilhada pelo ambiente comum no qual tanto o falante como o ouvinte estão interagindo (p. 219)” cujo conceito é “familiar para o ouvinte (ou pelo menos que o ouvinte supõe que esse é o caso) (p. 222)” (Chafe, 1979 [Ed. original, 1970], p. 218-222)²⁷

Observa-se que Chafe define as noções de informação dada e nova no nível pragmático-discursivo, ressaltando o estado mental (suposição) dos interlocutores, referente à informação que os mesmos devem possuir em uma dada situação de contexto.

Quanto à informação nova, nota-se que tanto Chafe como Halliday afirmam que o tom mais alto reflete, via de regra, a informação nova no caso do inglês, fato que “é essencialmente a informação nova que o falante quer transmitir”²⁸, conforme afirma Chafe (1970, p. 221). Quanto à informação dada, percebe-se que os conceitos de consciência e familiaridade²⁹ são mais relevantes na definição de Chafe, enquanto o de informação recuperável é mais marcante na de Halliday.

26. Quanto ao termo “informações dadas” existem duas traduções em português: informações dadas [*given information*] e informações velhas [*old information*]. Neste estudo, adota-se, em princípio, o termo “informações dadas” mas também, utiliza-se do termo “informações velhas”, dependendo da tradução dos livros consultados.
27. CHAFE, Wallace L. *Significado e estrutura lingüística (Meaning and the Structure of Language)*. Tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos e Sonia Veasey Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1979 (Ed. original, 1970).
28. Verifica-se que o tom mais alto nem sempre marca elementos de informação nova dentro da frase/enunciado, cf. Lambrecht (1994, p. 208); Silva (1996, p. 75); Brown & Yule (1983, p. 165), entre outros. Lehman (1977) afirma que “*certain assumptions concerning stress assignment [...] do not capture adequately the use of stress in spontaneous discourse. [...] we find cases of given information receiving primary stress in spontaneous discourse (p. 316)*”, ressaltando o fato de que “*stress assignment must be considered with respect to the choices speakers make because of their desire to manipulate interaction through discourse, to design talk with regard to the recipient (p. 322-323)*”
29. Enkvist (1964, p. 43) considera a noção de familiaridade do ponto de vista da lingüística estilística: “a familiaridade com frequências de itens lingüísticos em contextos dados é parte da experiência lingüística que adquirimos desde a infância. [...] Em análise estilística, pois, frequências contextuais passadas transformam-se em probabilidades contextuais presentes, com cujo conjunto o texto é comparado”. Para o autor (1964, p. 46-47), o contexto diz respeito ao “contexto textual” (e.g., contexto fonológico, lexical, sintático etc.) e ao “contexto extratextual” (e.g., falante/ouvinte e escritor/leitor, gesto, ambiente, tipo de discurso, gênero literário etc.).

Observemos, agora, um exemplo levantado por Chafe, no nível da frase (*op. cit.*, p. 224):

(2-11) *David gave Lisa a picture.* [Davi deu a Lisa um retrato.]
 Ag. Ben. Pac.
 IV IN IN IN

[Obs.: Ag. = Agente; Ben. = Beneficiário; Pac. = Paciente; IV = Informação velha (dada); IN = Informação nova. Segundo Chafe, nas palavras sublinhadas encontram-se o acento mais forte ou o tom mais alto da oração que recai sobre suas sílabas tônicas, isto é, o tom é alto na primeira sílaba de *Lisa* e permanece alto até a sílaba acentuada de *picture*.]

Segundo Chafe, a raiz verbal *gave*, a raiz nominal paciente *picture* e a raiz nominal beneficiária *Lisa* são informações novas, enquanto a raiz nominal agente *David* é a informação velha, isto é, quando ocorre o mesmo tipo de estrutura e de tom, concomitantemente (como se vê no exemplo acima), “toda unidade lexical de um diagrama é nova, exceto a última raiz nominal à direita” (Chafe, 1970, p. 225). O autor (*op. cit.* e *loc. cit.*) afirma: “em uma oração minimamente marcada³⁰, a raiz verbal e a raiz nominal locativa (se há uma) serão sempre novas, uma raiz nominal paciente será nova se a oração também tem um nome beneficiário ou agente, e uma raiz nominal beneficiária será nova se a oração também tem um nome agente”³¹

Apesar de Chafe ter definido as noções de informação dada e nova no nível pragmático-discursivo, nota-se que o autor analisa o exemplo (2-11), do ponto de vista semântico, (e.g., os papéis semânticos da frase), sem considerar o co-texto/contexto. Portanto, quando analisarmos os enunciados, do ponto de vista da estrutura informacional, nossa abordagem e meta serão diferentes das do autor.

Por exemplo, em nossa análise, se houvesse a pergunta “O que David deu a Lisa?” no contexto anterior ao enunciado (2-11), a palavra *Lisa* em (2-11) não será mais uma informação nova, mesmo sendo o elemento beneficiário, isto é, as relações de informação dada e nova, vistas em (2-11) poderão ficar estabelecidas apenas dentro do contexto limitado “O que David fez?”

30. Segundo Chafe (1970, p. 220), a oração “minimamente marcada” ou “menos marcada” indica que “um sujeito de estrutura superficial traz a informação velha de uma oração” Nota-se que esta noção de Chafe é semelhante à de “tema não-marcado” de Halliday (1967).

31. Blake (1994, p. 132-133) considera as noções de informação dada/nova, do ponto de vista do *givenness hierarchy*: “*Cross-language studies of the distribution of given and new information reveal the following givenness hierarchy, (33) A > S > P > peripheral. This is to be interpreted as indicating A is more often given than S which is more often given than P which is more given than the peripheral relations. The basis for the association of A and to a lesser extent S with given information is the fact that discourse, particularly narrative, typically involves the successive actions of humans and animals*” [Obs.: A = the agent argument of a transitive verb; S = subject; P = the patient argument of a transitive verb.]

Observemos, agora, um exemplo de oração contrastiva, levantado por Chafe (*op. cit.*, p. 232):

(2-12) David emptied the box. [Davi esvaziou a caixa.] ([15c] de Chafe)
Contr./IN ID

[Obs.: Contr./IN = Contraste/Informação nova. A palavra sublinhada indica que o acento mais forte ou o tom mais alto da oração recai sobre a primeira sílaba dessa palavra.]

Segundo Chafe (*op. cit. e loc. cit.*), caso não haja nenhuma outra palavra sublinhada (isto é, o tom mais alto) entre essa primeira palavra e o ponto final da oração, a oração pode ser entendida “como se fosse selecionada de uma lista de alternativas que poderiam ter ocorrido em seu lugar”, isto é, a oração contrastiva.

Observa-se, então, que, desta vez, *David* no enunciado (2-12) constitui informação nova, mesmo sendo ele agente.

Antes de entrarmos na análise mais detalhada do exemplo (2-12), vejamos, primeiramente, a definição de oração contrastiva apresentada por Chafe (*op. cit.*, p. 232-233):

(2-13) Oração contrastiva segundo Chafe

[...] uma oração contrastiva transmite a informação de que a unidade semântica *novo* dentro dela foi selecionada pelo falante, dentre várias alternativas implicadas, como a correta para fazer da oração uma oração verdadeira. [...] Em uma oração contrastiva, *novo* significa que a *escolha* da unidade à qual ele se liga (em vez de alguma outra escolha possível) está sendo apresentada pelo falante como informação nova. [...] aos elementos que são novos sempre se dá tom alto (Chafe, 1979 [Ed. original, 1970], p. 222-223) (grifo do próprio autor).

A afirmação acima pode ser sintetizada com a seguinte fórmula:

(2-14) elemento (única palavra) da frase com o tom mais alto = elemento contrastivo = informação nova.

Observa-se que o autor ressalta novamente a relação linear existente entre o tom mais alto e a informação nova. Porém, como vimos anteriormente, o tom mais alto não marca, necessariamente, os elementos de informação nova dentro da frase/enunciado. Retomando a consideração de Silva (1996, p. 75), no caso da língua portuguesa, dir-se-ia que “os falantes atribuem uma entonação de *focus* ao sintagma que está na verdade topicalizado”³²

32. Exemplo levantado pela autora (1996, p. 75): A MARIA PRO JOÃO eu apresentei (não pro Pedro a Ana). ([62b] de Silva) [Obs.: O tom mais alto da oração recai sobre as palavras em maiúsculas.] Para a autora, o componente “a Maria pro João” é o tópico sentencial. Leite *et al.* (1996, p. 321-322) consideram da seguinte maneira: “o fato de o português do Brasil permitir a ocorrência de sujeitos e objetos nulos possibilita a existência de construções com tópico em que o co-referente aparece nulo

Analisando o enunciado (2-12), Chafe considera que o enunciado implica um contexto em que havia várias pessoas que poderiam ter esvaziado a caixa, mas quem esvaziou a caixa realmente foi *David*. Segundo o autor (1970, p. 233), “o que é novo não é tanto a unidade semântica *David* como o fato de que o falante selecionou *David* em vez de alguma outra possibilidade”

Esta explicação dá-nos a impressão de que o autor está se referindo à noção de foco. De fato, o autor está mencionando que *David* não é informação nova no nível semântico-lexical, e, ao mesmo tempo, o elemento *David* está focalizado (“quem esvaziou a caixa foi *David*”). Pode-se afirmar, então, que, no nível pragmático-discursivo, a informação nova pode coincidir com o foco.

Com relação a esta questão, o autor (1970, p. 233) mesmo observa: “talvez, então, não se devesse considerar, de forma alguma, que as orações contrastivas contêm a especificação *novo*, mas, antes, alguma outra especificação que pudesse ser rotulada como *foco*. Nesse caso, *novo* e *foco* estariam em distribuição complementar, aquela ocorrendo apenas em orações não-contrastivas, esta somente em orações contrastivas” (grifo do próprio autor).

Fica claro, então, que o que é novo na oração contrastiva para Chafe, equivale, na verdade, à noção de foco.

Porém, ainda resta uma dúvida. Já mencionamos acima que não há relação obrigatória entre tom mais alto e informação nova. Consideremos, agora, de forma sucinta, a relação horizontal entre o elemento contrastivo e a informação nova.

No exemplo (2-12), se houvesse a pergunta “O que fizeram David e Lisa?” como contexto, é evidente que *David* em (2-12) se tornará o tópico contrastivo, e, ao mesmo tempo, o elemento que veicula informação dada. É por isso que o fator de co-texto/contexto será importante para a análise do ponto de vista da estrutura informacional (embora a dimensão da análise seja da frase/enunciado), como ressalta Lambrecht. Enfim, a fórmula (2-14) não se justifica, segundo nossa abordagem de análise.

O método de análise de Chafe faz lembrar a análise do morfema *wa*, levantada por Tanbo (1986) em uma frase que contém apenas um *wa*, se esse *wa* estiver acoplado ao agente, desempenhará a função de indicar tópico sentencial, e, se o *wa* estiver acoplado ao paciente, desempenhará a função de indicar tópico contrastivo.

É interessante notar que tanto a identificação dos elementos de informação velha e nova (na oração “minimamente marcada”) quanto a da função do morfema *wa* (no caso da frase que possui apenas um *wa*) dependem, também, dos papéis semânticos (agente, paciente etc.) da dimensão da frase.

[...]. Isso leva a uma ambiguidade (SIC) sintática de construções de tópico-comentário (ou de tópico marcado) com construções do tipo SN + S, cuja interpretação, contudo, é de foco marcado”. Exemplos levantados pelos autores: (4a) O Pedro, a Maria (o) convidou vários (SIC) vezes. (p. 321); (5) O PEDRO a Maria convidou (não o João) (p. 322). [Obs.: SN = sintagma nominal; S = sentença.]

2.3. A posição de van Dijk (1977)

O lingüista holandês van Dijk (cf. 1977, p. 95) aborda o problema do ponto de vista da *information distribution*, na qual se encontram as noções de tópico sentencial e comentário (foco), afirmando que elas estão associadas, sistematicamente, não apenas às estruturas específicas sintáticas e morfológico-fonológicas, mas também às pragmáticas.

Vejam os conceitos de tópico sentencial e comentário propostos por van Dijk (1977, p. 116-117):

(2-15) Tópico sentencial e Comentário segundo van Dijk

[...] a **topic** is some function determining about which item something is being said. Similarly, a topic is often associated with what is 'already known' (to the hearer) in some context of conversation, or what is 'presupposed' (to be identified) by some sentence. The **comment**, then, associates with what is 'unknown' (to the hearer) and asserted (van Dijk, 1977, p. 116) (grifo nosso).

Nota-se que van Dijk apreende as noções de *topic* e *comment* sob o aspecto da quantidade relativa de informação veiculada pelos elementos na frase. Eis os exemplos, levantados pelo autor (*op. cit.*, p. 116):

(2-16) *Hárry paid for the book with a ten-dollar bill.* ([47a] de van Dijk)
[Harry pagou o livro com uma nota de 10 dólares.]

(2-17) *Harry paid for the bóok with a ten-dollar bill.* ([47c] de van Dijk)

[Obs.: Nos exemplos, o acento mais forte ou o tom mais alto da oração está indicado com o acento agudo.]

Segundo o autor, a parte do “comentário” consiste em *Harry* e *the book*, em (2-16) e (2-17), respectivamente, e o tópico (sentencial), no restante de cada exemplo³³. Em conformidade com a teoria do autor, o tópico diz respeito àquilo que os interlocutores (já) possuem como informação dada/compartilhada no momento de enunciação, inclusive a proposição “pressuposta”. Ainda, van Dijk (*op. cit.*, p. 117) afirma que a noção de tópico sentencial está relacionada não apenas ao aspecto pragmático, acima referido, mas também ao texto/discurso anterior, isto é, “*topics are those elements of a sentence which are BOUND by previous text or context*”³⁴

33. Para o autor, diferentemente da teoria de Lambrecht (1994), o elemento do tópico sentencial não se restringe à categoria de argumento.

34. Esta consideração do autor referente ao tópico sentencial é semelhante à do gramático japonês Matsushita (1930) que introduziu o conceito “predeterminado” para o tópico sentencial. Quanto à escolha do tópico sentencial, o autor (1977, p. 117) considera que está relacionada, também, aos elementos cognitivos, tais como a percepção e atenção dos interlocutores na comunicação: “*the topic of a sentence has the particular cognitive function of selecting a unit of information or concept from knowledge*”

Quanto ao comentário, o lingüista afirma (cf. *op. cit.*, p. 116) que este nem sempre indica objetos/fatos “desconhecidos” para o destinatário, ressaltando que, no caso do exemplo (2-17), *the book* é um objeto conhecido/identificável para o destinatário pelo artigo definido *the*, utilizado pelo locutor. O autor (cf. *op. cit.* e *loc. cit.*) ainda afirma que, de fato, o que não era conhecido para o destinatário é a relação específica entre *Harry* e *the book*, a qual não se encontrava estabelecida/ligada na mente do destinatário. Em outras palavras, no nível semântico-lexical, *the book* em (2-17) é comentário constituído de informação dada, e no nível pragmático-discursivo, é comentário constituído de informação nova.

Nota-se que van Dijk aborda a questão da noção binária de tópico e comentário nos dois níveis distintos³⁵ e, ainda, quando o autor se refere a essa noção no nível pragmático, utiliza os termos *assertion (focus)* e *presupposition (mental act/assumed act)*, ressaltando o *knowledge* e *belief* dos interlocutores em um dado contexto. Se analisarmos o exemplo (2-16) desse ponto de vista, pode-se afirmar que o foco (asserção) está no sintagma nominal *Harry*, e a pressuposição, no sintagma verbal *paid for the book with a ten-dollar bill*.

Enfim, a noção binária de tópico e foco da frase no nível pragmático está ligada não apenas à distribuição informacional (dado/novo) e forma sintática (a ordem das palavras), mas também à suposição e conhecimento dos interlocutores, isto é, como afirma van Dijk (*op. cit.*, p. 206), ao nível pragmático:

(2-18)

[...]in processes of communicative interaction this ordering depends on what we know and believe and on our beliefs about the knowledge of our conversation partners. Similarly, the information ordering is subject to our own wishes and intentions for action and our assumptions about those of the hearer (van Dijk, 1977, p. 206).

2.4. A posição de Creider (1979)

Creider³⁶ (1979) analisa, do ponto de vista sintático, as estruturas específicas que marcam o tópico e o foco, ressaltando que, nelas, há duas regras principais: topicalização e focalização³⁷. Aqui, veremos somente as regras de topicalização, porque nosso estudo

35. O autor (1977, p. 128) adverte: “*we here again touch upon the difficult problem of the precise STATUS of the notions of topic and comment, i.e. the levels and terms in which they should be described. Although our discussion is mainly framed in semantic terms (reference), pragmatic and cognitive elements are also involved (knowledge of hearers, etc.)*” (grifo do próprio autor).

36. O autor é um dos teóricos que analisa os fenômenos de topicalização e focalização, levando em consideração a ordem básica dos componentes da frase, tais como SVO, SOV etc. Apresentaremos, aqui, as considerações do autor (1979, p. 19): “*Languages that treat initial position as topic and final position as focusing are SVO (English, Spanish, Czech, Russian). Languages that treat initial position as topical and preverbal position as focusing are verb-final (Hungarian, Quechua). Finally, languages that treat initial position as focusing and final position as topical are verb-initial (Nandi, Tagalog, Malagasy)*”

37. Regras de focalização, apresentadas por Creider (1979, p. 9-12): “*Extraposition (it-Insertion): It is virtually certain that the interface between the interactional software will go down while we care on line. ([28b] de Creider, p. 9); there-Insertion: There is an Irish Rover in the garden. ([30] de Creider,*

enfoca a noção de informação dada que está relacionada ao morfema *wa* da língua japonesa.

As regras de topicalização apresentadas por Creider (1979, p.4-9) são as seguintes³⁸:

[Obs.: As palavras sublinhadas indicam o tópico sentencial. Grifo nosso.]

(2-19) *Topicalization* [Topicalização: para topicalizar um componente na frase]

a. *I can eat English muffins every morning.*

[Eu consigo comer *muffins* ingleses todos os dias.]

b. *English muffins I can eat every morning.*

[*Muffins* ingleses, eu consigo comer todos os dias.] ([1a] e [1b] de Creider, p.4)

(2-20) *Left-Dislocation* [Deslocamento à esquerda: para topicalizar um componente na frase]

a. *I hope to meet Griselda's husband someday.*

[Eu espero ver o marido de Griselda algum dia.]

b. *Griselda, I hope to meet her husband someday.*

[*Griselda*, eu espero ver seu marido algum dia.] ([5a] e [5b] de Creider, p. 5)

(2-21) *Subject-Subject Raising* [Extração do sujeito da “oração encaixada (*embedded sentence*)”]: para topicalizar o sujeito da “oração encaixada”]

a. *That John will foot the bill is certain.*

[Que John vai pagar a conta é certeza.]

b. *John is certain to foot the bill.*

[*John* vai, certamente, pagar a conta.] ([22a] e [22b] de Creider, p. 8)

Com relação à diferença entre as regras (2-19b) e (2-20b), segundo Creider (cf. *op. cit.*, p. 5-6), o componente topicalizado (2-19b) pela regra de “topicalização” pode funcionar também como o tópico sentencial no enunciado seguinte, o que não ocorre em (2-20b). Em outras palavras, quanto ao enunciado (2-20b), será mais natural o componente *her husband* ser topicalizado no enunciado seguinte. Isso significa que o enunciado (2-20b) serve de intermediário para a mudança do tópico sentencial “X” do mesmo enunciado para o outro tópico sentencial “Y” no enunciado seguinte, isto é,

p. 10); *Extraposition from NP (Relative Clause Extraposition): The man was praised by the press who had pitched a no-hit, no-run game.* ([32b] de Creider, p. 10); *Complex NP Shift (Heavy NP Shift): I consider unsolvable the problem of keeping the house warm in the winter.* ([36b] de Creider, p. 11); *Quantifier Postposing: The linguists in this room all know at least one language.* ([38b] de Creider, p. 11)” O autor (cf. 1979, p. 11) afirma que, de modo geral, as regras de focalização estão sujeitas ao deslocamento à direita, e as regras de topicalização, ao deslocamento à esquerda. Com relação à topicalização e focalização, Fillmore (1968, p. 57-58), por sua vez, utiliza os termos “*primary topicalization (subjectivalization)*” e “*secondary topicalization*”, respectivamente. Quanto à primeira noção, o autor afirma que “*primary topicalization for English involves position and number concord. [...] The notion 'subjectivalization' is useful only if there are sentences in a language which offer a choice of subject*” e quanto à segunda, “*stylistic changes involving stress assignment, late word-order changes, and possibly the 'cleft-sentence construction' fall into what might be called 'secondary topicalization*”

38. Apresentaremos, aqui, apenas algumas regras de topicalização, em função da extensão deste artigo.

como se fosse uma ponte de ligação entre os dois tópicos sentenciais, o que levou o autor a denominar o componente topicalizado em (2-20b) de “*bridging topic* [tópico transposto]”

Quanto ao exemplo (2-21), segundo o autor (1979, p. 8), “somente quando o sujeito da oração encaixada [*embedded sentence*] constitui o tópico sentencial é que é possível transferi-lo para o início da frase” para torná-lo tópico sentencial. Em outras palavras, caso a oração encaixada inteira funcione como tópico, não será possível extrair o elemento *John* para topicalizá-lo. Este fenômeno de topicalização, portanto, foi designado de “*subject raising* [extração do sujeito da oração encaixada para topicalizá-lo]”

Apesar de Creider ter classificado as regras de topicalização nas sub-categorias, acima vistas, observa-se somente um tipo de ocorrência, isto é, o deslocamento à esquerda [*left-dislocation*]. Neste estudo, denominaremos, então, todos os fenômenos de topicalização, acima apresentados, de “deslocamento à esquerda”, evitando utilizar o termo “topicalização”, com base nos seguintes quatro critérios: 1. do ponto de vista da estrutura informacional, proposto por Lambrecht (1994), o primeiro componente da frase/enunciado pode coincidir com a noção de foco sentencial; 2. para nós, independentemente do fenômeno de “deslocamento à esquerda”, a “topicalização” diz respeito ao ato de os interlocutores topicalizarem um elemento da frase/enunciado, que envolve sua suposição com relação à proposição estruturada pragmaticamente; 3. o termo “topicalização” pode acarretar uma concepção equivocada com a noção de “tópico sentencial”³⁹; 4. para o japonês, que possui o morfema *wa*, nem sempre é necessário colocar o componente topicalizado em posição frasal inicial.

Contudo, conforme analisa Creider, pode-se considerar que, ao topicalizar um elemento da frase, via de regra, ocorrerá o deslocamento à esquerda (exceto em casos de anastrofia). Em relação ao primeiro constituinte deslocado na frase, Prince (1988, p. 176) considera que ele representa o “‘*backward-looking center*’ [...], i.e. something that looks to the already existing discourse model⁴⁰ for its understanding” e “*salient ‘shared knowledge*’” pelos interlocutores. Nota-se, então, que há uma restrição para deslocar um constituinte à esquerda da frase (principalmente, à primeira posição da frase), dentro da qual tal constituinte deve ser anafórico, e de informação compartilhada pelos interlocutores tanto textual quanto situacionalmente.

2.5. A posição de Prince (1981)

A lingüista americana Prince (1981, p. 233) aborda a questão das funções de informações dadas e novas do ponto de vista da taxionomia, e para a designação dessas funções, propõe o novo termo “*assumed familiarity* [familiaridade presumida]” em vez de utilizar o termo convencional *shared knowledge* [conhecimento compartilhado]

39. Price (1988, p. 175) adverte, em seu artigo, que, quanto à terminologia “topicalização” “*no relevance to the notion ‘topic’ is to be inferred*” Segundo a lingüista, a “topicalização” é o termo convencional para a construção frasal, introduzido por Ross (1967). ROSS, J. R. *Constraints on Variables in Syntax*. Tese de Doutorado, MIT, 1967.

40. Quanto ao termo *discourse model*, ver item 2.5.

ou *givenness* [dado], afirmando: “*at least, it lacks the unhelpful connotations of symmetry and fact and does not sound like anything else*”.

Para uma melhor compreensão das sub-categorias do *assumed familiarity*, convém considerar, primeiramente, o conceito de *discourse entities*, apresentado pela autora (1981, p. 235):

(2-22) *Discourse entities* segundo Prince

[...] a TEXT is a set of instructions from a speaker to a hearer on how to construct a particular DISCOURSE-MODEL. The model will contain DISCOURSE ENTITIES, ATTRIBUTES, and LINKS between entities. A discourse entity is a discourse-model object, [...] it may represent an individual (existent in the real world or not), a class of individuals, an exemplar, a substance, a concept, etc. [...] All discourse entities in a discourse-model are represented by NPs in a text, though not all NPs in a text represent discourse entities (Prince, 1981, p. 235) (grifo da própria autora).

Vale mencionar que os conceitos de *discourse entity* e *links between entities* de Prince são semelhantes aos de *discourse referent* e *relational*, propostos por Lambrecht (1994) – que se referiu ao primeiro conceito da seguinte maneira: os referentes discursivos [*discourse referents*] serão expressos, sintaticamente, na categoria de argumento [*argument category*], tais como sintagma nominal, pronominal, inclusive vários tipos de oração subordinada e adverbial.

Observa-se que Prince, como Lambrecht, também afirmou, acima, que “todos os entes discursivos serão representados pelo sintagma nominal no texto” Em outras palavras, para ambos os autores, os entes discursivos não pertencem às categorias de atributos e de relacionais nem às orações que servem como predicado.

Prince, subdividindo o *assumed familiarity*, introduz a seguinte categorização ternária⁴¹: *new entity* [ente novo], *evoked entity* [ente evocado] e *inferrable entity* [ente deduzível]. A autora (1981) afirma que, no ente discursivo, o *new entity* ocorrerá “*when a speaker first introduces an entity into the discourse, that is, tells the hearer to ‘put it on the counter’*” (op. cit., p. 235); o *evoked entity* ocorrerá “*if some NP is uttered*

41. Prince (1981) subdivide ainda cada noção em dois entes: *new* `! *brand-new* e *unused*; *inferrable* `! (*noncontaining*) *inferrable* e *containing inferrable*; *evoked* `! (*textually*) *evoked* e *situationally evoked*. Exemplos de cada um desses pares, levantados pela autora (1981, p. 233): “*Pardon, would you have change of a quarter?*” [*you* `! *situationally evoked*] ([22a]); “*Noam Chomsky went to Penn*” [*Noam Chomsky* `! *new-unused*] ([22b]); “*I got on a bus yesterday and the driver was drunk*” [*a bus* `! *brand-new unanchored*; *the driver* `! *inferrable*] ([22c]); “*A guy I work with says he knows your sister*” [*A guy I work with* `! *brand-new anchored*; *he* `! *textually evoked*] ([22d]); “*Hey, one of these eggs is broken*” [*one of these eggs* `! *containing inferrable*] (22e) (grifo da própria autora.) Quanto aos detalhes, ver Prince, 1981, p. 237. Hinds (1987) considera os morfemas *wa* e *ga* da língua japonesa do ponto de vista do “*assumed familiarity*” proposto por Prince (1981), e aponta que se utiliza o morfema *wa* na frase de abertura como “*new entity* [ente novo]”, analisando um noticiário de rádio. Segundo nossa análise, esse *wa* diz respeito ao pseudotópico sentencial constituído de pseudoinformação dada (se esse *wa* é utilizado no contexto não-contrastivo) (cf. Mukai, 2003, Capítulo IV). Bekeš (1995), por exemplo, reconsidera a análise de Hinds (1987) de um ponto de vista crítico, afirmando que Hinds analisa o “SN + *wa*” e o “SN + *ga*” apenas do ponto de vista do ouvinte/leitor.

whose entity is already in the discourse-model, or 'on the counter, it represents an EVOKED entity' (op. cit., p. 236); o ente discursivo tornar-se-á um *inferrable entity* “*if the speaker assumes the hearer can infer it, via logical – or, more commonly, plausible – reasoning, from discourse entities already Evoked or from other Inferrables*” (op. cit. e loc. cit.).

Nota-se que, de forma aproximada, o *new entity* corresponde à informação nova, e o *evoked entity*, à informação dada, porém, quanto ao *inferrable entity*, parece não estar claro se pertence à informação nova ou dada (ver mais adiante). Eis os exemplos levantados por Prince (op. cit., p. 237), referentes a cada uma dessas noções:

(2-23) *I bought a beautiful dress. (brand-new⁴² + attribute)* ([25a] de Prince)
[Eu comprei **um vestido lindo**.]

(2-24) *I went to the post office and the stupid clerk couldn't find a stamp. (inferrable + attribute)*
([26a] de Prince)
[Eu fui ao correio e **o funcionário idiota** não conseguiu achar um selo.]

(2-25) *Susie went to visit her grandmother and the sweet lady was making Peking Duck. (evoked + attribute)* ([27a] de Prince)
[Susie foi visitar sua avó e **a doce senhora** estava cozinhando pato de Pequim.]

[Obs.: Grifos da própria autora. As palavras em negrito nos exemplos acima indicam informações *new*, *inferrable* e *evoked*, respectivamente.]

Como a autora mesma observa na conclusão de seu artigo (1981), a diferença entre o conceito de *evoked entity* [ente evocado] e o de *inferrable entity* [ente deduzível] não é muito clara, ocasionando dúvidas sobre a necessidade de considerar o *assumed familiarity* como uma noção ternária.

Quanto ao exemplo (2-24), pode-se dizer que o componente *the stupid clerk* constitui informação dada no nível pragmático-discursivo para o destinatário, pois o locutor enunciou esse componente supondo que o destinatário estava pronto para reconhecê-lo, a partir do léxico *post office*, utilizado no enunciado imediatamente anterior.

Considerando do ponto de vista semântico-lexical, pode-se dizer que os interlocutores podem associar as relações de sentido⁴³ entre duas palavras: *post office* e *clerk*, pois, através de nosso “conhecimento de mundo”⁴⁴, é possível perceber que os dois termos pertencem ao mesmo campo lexical.

Em resumo, a identificação das funções de informação dada e nova depende não apenas da suposição dos interlocutores, referente à proposição, mas também do

42. *Brand-new*: ocorre quando “*the hearer may have had to CREATE a new entity*” no momento em que a frase foi enunciada pelo locutor (Prince, 1981, p. 235) (grifo da própria autora).

43. Cf. Sugimoto, 1998, p. 53.

44. Koch & Travaglia (1998, p. 60) afirmam: “adquirimos esse conhecimento à medida que vivemos, tomando contato com o mundo que nos cerca e experienciando uma série de fatos”

conhecimento semântico sobre o(s) próprio(s) vocábulo(s) e conhecimento pragmático sobre o *background* cultural⁴⁵, inclusive o conhecimento de mundo.

Quanto ao exemplo (2-25), pode-se dizer que o componente *the sweet lady* consiste em informações dadas, pela mesma razão que vimos acima. Para nós, portanto, o *inferrable entity* e o *evoked entity*, de Prince correspondem, *grosso modo*, à noção de informação dada.

Embora os dois conceitos de *evoked entity* [ente evocado] e *inferrable entity* [ente deduzível] não sejam tão distintos, é relevante o fato de que Prince introduziu uma nova noção de informações dadas e novas, propondo, inclusive, uma terminologia nova.

2.6. A posição de Brown & Yule (1983)

Levando em consideração os níveis da estrutura frasal e discursiva, Brown & Yule (cf. 1983, p. 70-71) apresentam os termos: *sentential topic* (tópico sentencial) e *discourse topic* (tópico discursivo)⁴⁶. Nota-se que o primeiro se refere ao tópico de uma frase ou enunciado, e o segundo, ao tópico de um texto ou discurso. Segundo esses autores (1983, p. 70), “o tópico sentencial pode coincidir com o sujeito gramatical” (cf. exemplo [2-26]), e geralmente, o tópico discursivo “é equivalente ao título” (*op. cit.*, p. 72) de textos ou discursos. Eis os exemplos de tópico sentencial apresentados por Brown & Yule (*op. cit.*, p. 70) (grifo nosso):

(2-26) John / ran away. [John / fugiu.] (sujeito gramatical/tópico sentencial)
([1] de Brown & Yule)

(2-27) That new book by Thomas Guernsey / I haven't read yet. ([2] de Brown & Yule)
[Aquele novo livro de Thomas Guernsey / eu ainda não li.]
(tópico sentencial)

É certo que o tópico sentencial pode coincidir com o sujeito gramatical⁴⁷, mesmo ambos os conceitos sendo independentes, e também que, como vimos no item 2.4., se se topicalizar um elemento da frase, via de regra, ocorrerá o deslocamento à esquerda (cf. exemplo [2-27]). Porém, para nós, a topicalização não diz respeito a um mero mecanismo para deslocar um elemento à esquerda, mas envolve a suposição dos interlocutores, referente às informações/conhecimentos que os mesmos possuem em um dado contexto (cf. item 2.4.). Portanto, dependendo do contexto, *John* do exemplo (2-26) pode tornar-se o foco da frase.

45. O teórico japonês Teramura (cf. 1991, p. 42-43) afirmou que a identificação das funções do morfema *wa* da língua japonesa (tópico sentencial e contraste) depende desses dois tipos de conhecimento.

46. Segundo Brown & Yule (cf. 1983, p. 70), o termo “*discourse topic*” foi introduzido, originalmente, por Keenan & Schieffelin (1976).

47. No caso da língua japonesa, tal coincidência foi designada de *kendai* [*explicit theme*] pelo teórico japonês Mikami (1953, p. 81).

Quanto à estrutura informacional, Brown & Yule consideram-na, do ponto de vista das formas sintáticas, além dos fenômenos prosódicos (cf. item 2.1.). Eis a síntese⁴⁸, apresentada pelos dois autores (1983, p. 171), em relação às formas sintáticas que representam informações dadas:

(2-28)

- A. (i) *Lexical units which are mentioned for the second time [...], particularly those in definite expressions.*
- (ii) *Lexical units which are presented as being within the semantic field of a previously mentioned lexical unit [...], again particularly those in definite expressions.*
- B. (i) *Pronominals used anaphorically following a full lexical form in the preceding sentence [...].*
- (ii) *Pronominals used exophorically (to refer to the physical context of situation) where the referent is present, [...].*
- (iii) *Pro-verbals (less commonly discussed) [...].*

Observa-se que Brown & Yule dividiram as formas sintáticas que representam informações dadas em duas sub-categorias: (A) *definite NPs* e (B) *pronominals*. Em outras palavras, as informações dadas estão relacionadas às expressões sintáticas constituídas de sintagmas nominais com artigos definidos e de sintagmas pronominais.

Porém, os dois autores, levantando o seguinte exemplo⁴⁹ (1983, p. 178), questionam se realmente a identificação de informações dadas e novas é determinada pelas formas sintáticas e acento focal [*focal stress*]:

(2-29) // *the one who is petting the CAT // is the BOY //*

Observa-se que o enunciado (2-29) se compõe de dois *tone groups* (de acordo com a teoria de Halliday) e o acento focal recai sobre cada grupo.

Mostrando o exemplo acima, Brown & Yule (cf. *op. cit.*, p. 178) consideram que a proeminência entonacional⁵⁰ não está associada, de forma clara, à distinção de informação dada (sintagmas nominais com artigos definidos e os pronominais) e nova (sintagmas nominais com artigos indefinidos) e vice-versa, e afirmam, também, que a forma sintática não determina os elementos dados e novos dentro da frase/enunciado, mas indica a pressuposição dos interlocutores (a qual corresponde, no caso do exemplo acima, à oração adjetiva). E, finalmente, os autores (1983, p. 189) concluem:

48. Exemplos colhidos dos autores (1983, p. 170-171), que correspondem a cada um dos itens na síntese: A (i) “*Mary got some beer out of the car. **The beer** was warm*” ([16b] 1 e 2); A (ii) “*Mary got some picnic supplies out of the car. **The beer** was warm*” ([16c] 1 e 2); B (i) “*What happened to the jewels? **They** were stolen by a customer*” ([16g] 1 e 2); B (ii) “*Look out. **It's** falling*” ([16j] 1 e 2); B (iii) “*William works in Manchester. So **do** I*” ([16k] 1 e 2) (grifo nosso). [Obs.: Os vocábulos em negrito constituem informações dadas.]

49. Exemplo extraído de Clark & Clark (1977, p. 93).

50. Quanto aos fenômenos prosódicos, ressaltamos que é difícil descobrir uma regra referente à identificação de informação dada e nova, principalmente, na fala espontânea, conforme afirmaram Brown & Yule (1983). Porém, acredita-se, ainda, que existem algumas regras regidas pelos seguintes fenômenos lingüísticos que poderão ser divididos em dois grupos: 1. certos itens lexicais e marcadores gramaticais; 2. determinadas formas sintáticas/construções gramaticais; ordem das palavras na frase.

(2-30)

[...] there are no 'rule' for the specification of 'new' or 'given' status by the speaker. There are, however, regularities. [...] we can observe regularities which permit us to make statements like 'speakers usually introduce new entities with indefinite referring expressions and with intonational prominence' or 'speakers usually refer to current given entities with attenuated syntactic and phonological forms (Brown & Yule, 1983, p. 189).

2.7. A posição de Lambrecht (1994)

Neste item, abordaremos, primeiramente, o conceito de estrutura informacional, proposto por Lambrecht (1994), o qual não foi desenvolvido, de maneira explícita, pelos teóricos vistos anteriormente. Levando em consideração a teoria de Lambrecht, procuraremos elucidar nossa posição teórica (cf. item 2.8), referente a informação dada e nova, do ponto de vista da estrutura informacional.

Eis o conceito da estrutura informacional, apresentado por Lambrecht (1994, p. 5):

(2-31)

That component of sentence grammar in which propositions as conceptual representations of states of affairs are paired with lexicogrammatical structures in accordance with the mental states of interlocutors who use and interpret these structures as units of information in given discourse contexts (Lambrecht, 1994, p. 5).

Resumindo, a estrutura informacional diz respeito à estrutura léxico-gramatical – considerada como uma unidade informacional – que os interlocutores utilizam/interpretam conforme seus estados mentais, isto é, a suposição referente a suas informações/conhecimentos. Nota-se que a estrutura informacional trata dos aspectos lingüísticos formal (lexical) e comunicativo na dimensão da frase. Em outras palavras, trabalha-se, principalmente, com os dois aspectos: o léxico-gramatical, isto é, a forma lingüística, e o pragmático, isto é, os estados mentais dos interlocutores com relação à “proposição” (ver adiante), razão pela qual essa teoria se situa dentro do campo da Pragmática Funcionalista / Pragmática Discursiva (não-Convencional).

Vale prestar atenção ao termo “proposição” utilizado pelo autor na definição. Para Lambrecht, a proposição não é aquilo que se refere ao nível semântico (isto é, se a proposição ou a frase é verdadeira ou falsa), mas é “*pragmatically structured proposition* [proposição estruturada pragmaticamente]”, isto é:

(2-32)

[...] a proposition which reflects not only a state of affairs but also the speaker's assumptions about the state of mind of the hearer at the time of utterance, by indicating what is assumed to be already given and what is assumed to be new (Lambrecht, 1994, p. 52-53).

Em sentido amplo, a proposição no nível pragmático diz respeito àquilo que representa tanto os estados de coisas como a suposição dos interlocutores. Eis um exemplo concernente à proposição estruturada pragmaticamente (Lambrecht, 1994, p. 211):

(2-33) Q: *Where did you go last night, to the movies or to the restaurant?*

A: *We went to the RESTAURANT*⁵¹. ([5.1'] de Lambrecht)

[Q: Onde vocês foram ontem à noite, ao cinema ou ao restaurante?

A: Nós fomos ao RESTAURANTE.]

Nota-se que há uma pergunta e uma resposta no exemplo (2-33). Vejamos o exemplo acima do ponto de vista de quem respondeu, isto é, (A). Quando foi enunciada a pergunta (Q), foi indicado o que está suposto como dado (isto é, o locutor (A) e mais alguém foram a algum lugar ontem à noite) e novo (isto é, o local “X” onde o locutor (A) e mais alguém foram) para os interlocutores. Em outras palavras, ao ouvir a pergunta, o locutor (A) deve raciocinar que o destinatário (Q) está querendo saber o local “X”, razão pela qual a proposição para os interlocutores foi estruturada pragmaticamente como “o locutor (A) e mais alguém foram, ontem à noite, ao lugar ‘X’”, no momento de ser enunciada a frase (Q).

Outro dado mais relevante que Lambrecht aponta na definição da estrutura informacional (2-31) é o seguinte: a estrutura informacional pertence à gramática da frase [*sentence grammar*]. Ela, portanto, não diz respeito à organização do texto/discurso, mas à organização da frase dentro do texto/discurso, conforme afirma Lambrecht (cf. 1994, p. 7) (grifo nosso).

Segundo Lambrecht (*op. cit.*, p. 6), há três pares principais de noções relacionadas ao aspecto pragmático⁵² da estrutura informacional: (i) pressuposição e asserção; (ii) *identifiability and activation* [identificabilidade e ativação]; (iii) tópico e foco. Trataremos, neste trabalho, apenas do item (i) em função da extensão deste artigo.

No item (i), vê-se que se utilizam os termos “pressuposição e asserção”. Quanto ao termo “pressuposição”, o teórico adverte ser preciso distinguir, de forma explícita, a noção de “pressuposição semântica” da “pressuposição pragmática”, as quais se referem, respectivamente, a *truth conditions* (se a proposição ou frase é verdadeira ou falsa) e a suposição dos interlocutores, concernente à proposição estruturada pragmaticamente em um dado contexto, isto é, o que é dado ou novo. (cf. *op. cit.*, p. 61). Lambrecht ainda acrescenta que os termos “pressuposição (pragmática) e asserção (pragmática)” correspondem, em sentido amplo, às noções de informação dada e nova, respectivamente, e afirma (*op. cit.*, p. 52):

(2-34)

PRAGMATIC PRESUPPOSITION: The set of propositions lexicographically evoked in a sentence which the speaker assumes the hearer already knows or is ready to take for granted at the time the sentence is uttered.

PRAGMATIC ASSERTION: The proposition expressed by a sentence which the hearer is expected to know or take for granted as a result of hearing the sentence uttered (2.12 de Lambrecht) (Lambrecht, 1994, p. 52).

51. Nos exemplos, as palavras em caracteres maiúsculos indicam o acento focal [*focus accent*], isto é, acento tonal [*pitch accent*] que marca a articulação de foco no enunciado.

52. Mencionamos antes que a estrutura informacional trata, principalmente, de dois aspectos: o pragmático, (isto é, a suposição dos interlocutores com relação à proposição) e o léxico-gramatical, (isto é, a forma linguística). Neste item, enfocaremos apenas o aspecto pragmático em função da extensão deste artigo.

Nota-se que o teórico ressalta, na definição acima, o estado mental do locutor, isto é, a suposição do locutor – com base na proposição estruturada pragmaticamente – referente ao estado mental (suposição) do destinatário no momento da enunciação. Em outras palavras, os interlocutores supõem mutuamente os conhecimentos um do outro na comunicação, e os estados mentais de ambos serão representados na frase/enunciado em uma forma determinada lingüística, isto é, léxico-gramaticalmente.

Neste trabalho, utilizam-se os termos *informação dada* e *nova*, não apenas para evitar a confusão terminológica, principalmente com a noção de “pressuposição semântica”, mas também para enfatizar o fato de que nosso estudo trata da estrutura “informacional”. embora Lambrecht prefira utilizar os termos pressuposição e asserção com base no critério de que esses termos expressam mais o aspecto pragmático⁵³

Conclui-se, então, que as noções de informação dada e nova estão ligadas não apenas ao nível semântico-lexical, mas também ao nível pragmático-discursivo, e que as noções de tópico sentencial e foco (comentário) estão ligadas mais ao aspecto sintático-pragmático, o qual reflete a suposição dos interlocutores, referente à proposição.

2.8. Nossa posição (2003)

Com base nas idéias apresentadas pelos teóricos, principalmente por Lambrecht, definiremos as noções de informação dada e nova, nos dois níveis distintos: o pragmático-discursivo e o semântico-lexical, como segue:

(2-35) [INFORMAÇÃO DADA E NOVA]

Do ponto de vista da estrutura informacional, no nível pragmático-discursivo, se o locutor enunciar algo, supondo que esta informação não faz parte do conhecimento do destinatário, e desejando que o destinatário saiba ou acredite, ou reconheça em consequência de ouvir o enunciado, isso será transmitido como **informação nova** para este destinatário. No nível semântico-lexical, a informação nova será principalmente aquilo que é não-recuperável/reconhecível tanto anafórico quanto léxico-gramaticalmente para o destinatário no momento da enunciação.

Ao contrário, no nível pragmático-discursivo, se o locutor enunciar algo, supondo que o destinatário já conhece ou acredita, ou que está pronto para reconhecer no momento em que a frase é enunciada, isso será transmitido como **informação dada** para o destinatário. No nível semântico-lexical, a informação dada será principalmente aquilo que é recuperável/reconhecível tanto anafórico quanto léxico-gramaticalmente para o destinatário no momento da enunciação (Mukai, 2003b, p. 33-34).

Observe-se que se encontram os dois níveis distintos na definição acima. Separamos os níveis para evitar não apenas a confusão referente às noções de informação dada e nova, mas também a confusão analítica.

53. Quanto à questão terminológica, observa-se um caos, como aponta Levinson (1983, p. 89): “*The issues that surround the topic/comment distinction are at present quite ill understood, and discussion has been confused by terminological chaos*”

No nível pragmático-discursivo, enfoca-se a **suposição dos interlocutores** com relação à proposição estruturada pragmaticamente, isto é, o que é dado/novo para os interlocutores no momento da enunciação. De fato, o que ajuda tal processo mental dos interlocutores são a frase/enunciado anterior, inclusive a circunstância/situação na qual os interlocutores estão envolvidos, e os elementos léxico-gramaticais tais como pronomes, artigos (in-)definidos, substantivos genéricos, marcador gramatical especial etc.

Como se vê na definição acima, para nós, as noções de informação dada e nova no nível pragmático-discursivo possuem sentido mais amplo que as de Lambrecht, para que essas noções não se limitem apenas ao ato de os interlocutores (pre-)suporem a proposição estruturada pragmaticamente em um dado contexto do discurso.

3. Considerações finais

Vimos que as noções de informação dada e nova têm sido abordadas por vários lingüistas no Ocidente, tanto na dimensão da frase quanto na do texto/discurso. Embora se observem pequenas diferenças entre cada uma das definições propostas por eles, podemos generalizar duas noções no nível pragmático-discursivo: a de que a informação dada constitui aquilo que o locutor introduz, supondo já existir na mente do destinatário (inclusive uma informação comum e compartilhada por ambos), ou aquilo que o destinatário deve reconhecer pelo contexto situacional; ao contrário, a informação nova é aquilo que o locutor apresenta para o destinatário com alguma asserção, supondo não existir no conhecimento deste, ou aquilo que constitui o foco do enunciado para os interlocutores.

Vimos, também, que a identificação das funções de informação dada e nova depende, além da suposição dos interlocutores, referente à proposição, de seu conhecimento semântico sobre o(s) próprio(s) vocábulo(s) e conhecimento pragmático sobre o *background* cultural⁵⁴, inclusive o conhecimento de mundo (cf. item 2.5.).

As informações dadas e novas, porém, estão relacionadas não apenas a essa suposição e conhecimento dos interlocutores, mas também a certos fenômenos léxico-gramaticais das línguas naturais (e.g., a ordem das palavras, a escolha/uso dos morfemas *wa* e *ga*, artigos (in-)definidos, e algumas estruturas sintáticas). Em outras palavras, os fenômenos lingüísticos serão representados, de forma lexical e gramatical, refletindo o estado mental dos interlocutores, tais como a suposição, volição, emoção, ou a estratégia comunicativa.

Verificamos que este fenômeno (embora seja diferente de acordo com cada língua) é observado, também, no aspecto prosódico (e.g., entonação ou tom etc.). Halliday (1967) e Chafe (1970), por exemplo, afirmaram que o acento ou o tom mais alto do enunciado recai sobre a oração, cuja parte constitui a informação nova. Pode-se dizer que há a tendência desse fenômeno prosódico, mas é verdade que nem sempre se observa a regra acima mencionada na fala espontânea, como apontaram Brown & Yule (1983), entre outros.

54. Cf. Teramura, 1991, p. 42-43.

Quanto à qualidade e quantidade informacional, verificou-se que, para os interlocutores, as informações novas são mais relevantes/marcantes e importantes que as dadas, tanto na dimensão da frase/enunciado quanto na do texto/discurso, pois nosso maior interesse na comunicação encontra-se nas informações novas, as quais constituem o foco central dos enunciados, o que levou Firbas (1964) a afirmar que o rema contribui mais para o desenvolvimento da comunicação, fazendo-a progredir, isto é, o rema é o elemento da frase cujo grau comunicativo é mais alto que o tema, do ponto de vista do dinamismo comunicativo (cf. item 1).

Embora existam frases/enunciados constituídos apenas de informações novas (e.g., *event-reporting sentence*, no dizer de Lambrecht [1994]), a seqüência do texto/discurso, entretanto, não se realiza somente com os componentes das informações novas, pois o tema, tópico sentencial ou informações dadas para os interlocutores são um elemento imprescindível para que o texto/discurso conserve sua continuidade de sentido e sua coerência. É por essa razão que Kurzon (1988), da Escola Funcionalista de Praga, considerou o tema como “dispositivo coesivo” (cf. item 1).

Podemos concluir, então, que, embora as informações dadas sejam menos valiosas que as novas, do ponto de vista da qualidade informacional, tanto na dimensão da frase/enunciado quanto no texto/discurso, são elas que possuem a função de coesão textual, dando coerência ao texto/discurso e um desenvolvimento mais natural e viável tanto para o locutor quanto para o destinatário.

Os conceitos de informação dada e nova serão sintetizados, a seguir, em três quadros: os quadros (3-1) e (3-2) representam os resultados sumariados de nossa análise, referentes às noções de informação dada e nova, do ponto de vista da estrutura informacional, vista no nosso artigo anterior (teóricos no Japão) (cf. nota 1) e neste estudo (teóricos no Ocidente). Retomamos o quadro (3-2) (as posições dos teóricos japoneses) (cf. nota 1) neste artigo a fim de se comparar os conceitos de informação dada e nova desenvolvidos no Japão com os no Ocidente.

O quadro (3-3), por sua vez, constitui o resultado sumariado de nossa análise, referente às noções de tema e rema, do ponto de vista da estrutura temática.

Quadro (3-1): Informação dada e nova, do ponto de vista da estrutura informacional - no Ocidente:

Teóricos ocidentais	Informação dada (ID)		Informação nova (IN)
Halliday (1967)	<i>Information Units</i> (realizadas pela tonalidade)		
	Informação recuperável anafórica e situacionalmente.		Informação não-recuperável a partir do texto/discurso anterior (com o acento principal). (<i>Information Focus</i> = informação nova)
Chafe (1970)	Informação em comum, familiar e compartilhada pelos interlocutores.		Aquilo que o locutor considera ser novo, introduzido na mente do destinatário pela primeira vez (com o tom mais alto [e maior amplitude]).
van Dijk (1977)	Aquilo que está sendo dito, e já conhecido ou pressuposto pelos interlocutores. (= tópico sentencial / pressuposição)		Aquilo que não é conhecido e é afirmado pelos interlocutores. (= comentário / foco; asserção)
Prince (1981)	<i>Assumed Familiarity</i> [Familiaridade presumida]		
	Ente evocado que já existe no texto/discurso ou na mente dos interlocutores.	Ente deduzível que o locutor julga que o destinatário consegue inferir.	Ente novo que o locutor introduz primeiramente no texto/discurso.
Brown & Yule (1983)	Ente dado com as formas sintáticas (<i>pronominal e definite NPs</i>) e fonológicas atenuadas. (= pressuposição)		Ente novo com <i>indefinite referring expressions</i> (com a proeminência entonacional).
Lambrecht (1994)	“O conjunto de proposições evocadas léxico-gramaticalmente na frase, que o locutor supõe que o destinatário já conhece, ou que está pronto para reconhecer no momento em que a frase é enunciada” ⁵⁵ (Tradução nossa) (= pressuposição pragmática).		“A proposição expressa por uma frase, que o locutor deseja que o destinatário saiba ou reconheça em consequência de ter ouvido a frase enunciada” ⁵⁶ (Tradução nossa) (= asserção pragmática).

55. Lambrecht. 1994. p. 52.

56. *Idem*, *ibidem*.

Quadro (3-2): Informação dada e nova, do ponto de vista da estrutura informacional no Japão⁵⁷:

Teóricos Japoneses	Informação dada (ID)	Informação nova (IN)
Matsushita (1930)	Conceito predeterminado e imutável. (tema da frase = ID)	Conceito indeterminado e mutável. (comentário = IN)
Mikami (1953)	Aquilo que está associado ao tema da frase, cujo caráter é passivo.	Aquilo que está associado ao comentário, cujo caráter é ativo.
Kuno (1973)	Informação previsível a partir do contexto.	Informação não-previsível a partir do contexto.
Ôno (1978)	Aquilo que o destinatário provavelmente já sabe.	Aquilo que o destinatário não sabe.
Inoue (1979)	Elementos dados = substantivos próprios; SNs com artigos definidos; pronomes; substantivos genéricos.	Elementos novos = SNs com artigos indefinidos; SNs que contêm um conteúdo semântico quantitativo.
Kitahara (1981)	Informação já conhecida pelo destinatário. (tema da frase = ID)	Informação não-conhecida pelo destinatário.

57. Quanto aos detalhes, cf. Mukai, *Estudos Japoneses* n.22, 2002, p. 113-145.

Quadro (3-3): Informação dada e nova, do ponto de vista da estrutura temática no Ocidente e no Japão:

Teóricos	Tema (da frase)	Rema (da frase)
Mathesius (1929)	Aquilo do que se fala.	Aquilo que se diz sobre o tema.
Firbas (1964)	Grau mais baixo do <i>Communicative Dynamism</i> .	Grau mais alto do <i>Communicative Dynamism</i> .
Halliday (1967)	O primeiro elemento da frase.	O restante da frase.
Daneš (1974)	Aquilo do que se fala.	Aquilo que se diz sobre o tema.
Kurzon (1988)	O primeiro elemento da frase.	O restante da frase.
Vilela & Koch (2001) ⁵⁸	Aquilo que é conhecido e dado, possuindo menor valor comunicativo.	Aquilo que surge primeiramente no texto/discurso, possuindo o valor comunicativo mais elevado.
Matsushita (1930)	Aquilo que predetermina a esfera de julgamento do locutor; Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Aquilo que se comenta/julga sobre o tema.
Sakuma (1953)	Questão; Aquilo que elucida o limite (esfera razoável) de julgamento dos interlocutores e do enunciado; Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Resposta adequada com relação à questão.
Mikami (1953)	Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Elemento(s) restante(s) da frase.

58. Cf. Vilela & Koch, 2001.

Onoe (1956)	Premissa da expressão; Aquilo que provoca uma tensão no contexto; Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Aquilo que será concatenado ao tema.
Kuno (1978)	Sintagmas adverbiais de tempo e de lugar, colocados em posição inicial da frase; Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Elemento(s) restante(s) da frase.
Andô (1980)	Aquilo que especifica a esfera [<i>domain</i>] do discurso, dentro da qual deverá ser realizado o comentário; Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Aquilo que será enunciado dentro da esfera especificada pelo tema.
Kitahara (1983)	Aquilo que o locutor tematiza sem considerar os demais objetos/fatos. (= informação dada); Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Elemento(s) restante(s) da frase.
Saji (1991)	Aquilo que será comentado/explicado dentro do enunciado pelo locutor; A premissa maior da frase; Elemento “X” acoplado pelo morfema <i>wa</i> .	Aquilo que se comenta/explica sobre o tema.

Referências Bibliográficas

- ANDÔ, Sadao. Nihongo no “wa” to “ga” no kinô ni tsuite (Sobre as funções dos morfemas *wa* e *ga* da língua japonesa). *Gengo (Língua)*. Tóquio. v. 9, n. 7, Taishûkan Shoten, p. 64-78. 1980.
- ANTONIO, Juliano Desiderato. Fluxo de informação e estrutura argumental preferida em narrativas orais e em narrativas escritas. In: ANTONIO, Juliano Desiderato (Org.). *Estudos descritivos do português: níveis de análise*. 1ª ed. São Carlos, SP: Editora Claraluz, 2002.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to Do Things with Words*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1976 (1ª ed., 1962).
- BEKEŠ, Andrej. Bunmyaku kara mita shudaika to “wa” (A tematização vista a partir do contexto e o morfema *wa*). In: MASUOKA, Takashi, NODA, Hisashi e NUMATA, Yoshiko (Orgs.). *Nihongo no shudai to toritate (Tema e topicalização da língua japonesa)*. 2ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1997, p. 155-174 (1ª ed., 1995).
- BLAKE, Barry J. *Case*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- BROWN, Gillian & YULE, George. *Discourse Analysis*. Reimpresso. Cambridge: Cambridge University Press. 1998 (1ª ed., 1983).
- CASTILHO, Ataliba Teixeira (Org.). *Gramática do português falado, Vol. I: Ordem*. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- CHAFE, Wallace L. *Significado e estrutura lingüística (Meaning and the Structure of Language)*. Tradução de Maria Helena de Moura Neves, Odette Gertrudes Luiza Altmann de Souza Campos e Sonia Veasey Rodrigues. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1979 (Ed. original, 1970).
- _____. Givenness, Contrastiveness, Definiteness, Subjects, Topics, and point of View. In: LI, Charles N. (Org.). *Subject and Topic*. Nova York: Academic Press Inc., 1976, p. 25-55.
- CLARK, Herb. H. & CLARK, E. V. *Psychology and Language: An introduction to psycholinguistics*. Nova York: Harcourt, Brace, Jovanovich, 1977.
- CREIDER, Chet A. On the explanation of transformations. In: GIVÓN, Talmy (Org.). *Syntax and Semantics, vol. 12: Discourse and Syntax*. San Diego: Academic Press, 1979, p. 3-21.
- DANEŠ, František. Functional sentence perspective and the organization of the text. In: DANEŠ, František (Org.). *Papers on Functional Sentence Perspective*. Praga: Academic Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1974, p. 106-128.
- ENKVIST, Nils Erik. Definindo o estilo. In: GREGORY, Michael J (Org.). *Lingüística e estilo (Linguistics and Style)*. Tradução de Wilma A. Assis. 2ª ed. São Paulo: Editora Cultrix (Ed. da Universidade de São Paulo), 1974, p. 15-72 (Ed. original. Londres: Oxford University Press, 1964).
- ERTESCHIK-SHIR, Nomi. Topic-chaining and dominance-chaining. In: TOBIN, Yishai (Org.). *The Prague School and Its Legacy: In Linguistics, Literature, Semiotics, Folklore, and the Arts, vol. 27*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1988, p.145-153.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. 4ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- FÁVERO, Leonor Lopes & KOCH, Ingedore G. Villaça. *Lingüística textual: Introdução*. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998. (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino: 9)
- FILLMORE, Charles J. The case for case. In: BACH, Emmon & HARMS, Robert T (Orgs.). *Universals in Linguistic Theory*. 1ª ed. Nova York: Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1968, p. 1-88.
- _____. Pragmatics and the description of discourse. In: COLE, Peter (Org.). *Radical Pragmatics*. Nova York: Academic Press, 1981, p. 143-166.
- FIRBAS, Jan. On defining the theme in functional sentence analysis. In: DANEŠ, F. *et al.* (Orgs.). *Travaux Linguistiques de Prague, 1*. University of Alabama Press, 1964, p. 267-280.

- FONTAINE, Jacqueline. *O círculo lingüístico de Praga*. Tradução de João Pedro Mendes. São Paulo: Editora Cultrix (Ed. da Universidade de São Paulo), 1978.
- GIVÓN, Talmy. From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy. In: GIVÓN, Talmy (Org.). *Syntax and Semantics, vol. 12: Discourse and Syntax*. San Diego: Academic Press, 1979, p. 81-112.
- _____. (Org.). *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study*. 1ª ed. Amsterdã: John Benjamins Publishing Co., 1983.
- GRICE, H. Paul. Logic and conversation. In: COLE, Peter & MORGAN, Jerry L (Orgs.). *Syntax and Semantics, vol. 3: Speech Acts*. San Diego: Academic Press, 1975, p. 41-58.
- _____. Presupposition and conversational implicature. In: COLE, Peter (Org.). *Radical Pragmatics*. Nova York: Academic Press, 1981, p. 183-198.
- GUINSBURG, J (Org.). *Círculo lingüístico de Praga*. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1978 (Col. ELOS, n. 17).
- HAIJÉOVÁ, Eva. Topic/focus and related research. In: LUELSDORFF, Philip A (Org.). *The Prague School of Structural and Functional Linguistics: A Short Introduction, vol. 41*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1994, p. 245-275.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English: Part 2. *Journal of Linguistics*, 3, London, p. 199-244, 1967.
- _____. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, John (Org.). *Novos horizontes em lingüística (New Horizons in Linguistics)*. São Paulo: Editora Cultrix (Ed. da Universidade de São Paulo), 1976, p. 134-160 (Ed. original, 1970).
- HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in English*. Londres: Longman, 1976.
- HASAN, Ruqaiya & FRIES, Peter H (Orgs.). *On Subject and Theme: A Discourse Functional Perspective*. Reimpresso, Amsterdã: John Benjamins Publishing Co., 1997 (1ª ed., 1995).
- HASHIUCHI, Takeshi. *Discourse*. 1ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1999.
- HINDS, John. Topic continuity in Japanese (1). In: GIVÓN, Talmy (Org.). *Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study*. 1ª ed. Amsterdã: John Benjamins Publishing Co., 1983, p. 43-93.
- _____. Thematization, assumed familiarity, staging, and syntactic binding in Japanese. In: HINDS, John, MAYNARD, Senko K. e IWASAKI, Shoichi (Orgs.). *Perspectives on Topicalization: The Case of Japanese "Wa"* 1ª ed. Amsterdã: John Benjamins Publishing Co., 1987, p. 83-106.
- HOCKETT, Charles F. *A Course in Modern Linguistics*. 2ª ed. Nova York: The Macmillan Co., 1959 (1ª ed., 1958).
- HOPPER, Paul J. & TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Grammaticalization*. Reimpresso, Cambridge: Cambridge University Press, 1994 (1ª ed., 1993).
- HORIGUCHI, Kazuyoshi. *"Wa" no hanashi (Explicações sobre o morfema wa)*. 1ª ed. Tóquio: Hitsuji Shobô, 1995.
- IKEGAMI, Yoshihiko. Tekusuto to tekusuto no kôzô (O texto e a estrutura textual). In: *Danwa no kenkyû to kyôiku I (Estudos do discurso e ensino I)*. Tóquio: Kokuritsu Kokugo Kenkyûjo, 1983, p. 5-42 (Col. Nihongo Kyôiku Shidô Sankôsho, n. 11).
- ILARI, Rodolfo. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.
- INOUE, Kazuko. Furui jôhô/atarashii jôhô (Informação dada/nova). *Gengo (Língua)*, Tóquio, v. 8, n. 10, Taishûkan Shoten, p. 22-34, 1979.
- IWASAKI, Shoichi. Identifiability, scope-setting, and the particle wa: A study of Japanese spoken expository discourse. In: HINDS, John, MAYNARD, Senko K. e IWASAKI, Shoichi (Orgs.). *Perspectives on Topicalization: The Case of Japanese "Wa"* 1ª ed. Amsterdã: John Benjamins Publishing Co., 1987, p. 107-141.

- KAMEYAMA, Megumi. Danwa bunseki: Seigôsei to kessokusei (Análise do discurso: Coerência e coesão). In: TAKUBO, Yukinori (Org.). *Danwa to bunmyaku (Discurso e contexto)*. 1ª ed. Tóquio: Iwanami Shoten, 1999, p. 93-121.
- KAWAKAMI, Seisaku. Kôzô kara kinô e (Da estrutura para a função). *Gengo (Língua)*. Tóquio, v. 9, n. 12, Taishûkan Shoten, p. 14-21, 1980.
- KEENAN, E. O. & SCHIEFFELIN, B. B. Topic as a discourse notion: A study of topic in the conversations of children and adults. In: LI, Charles N. (Org.). *Subject and Topic*. Nova York: Academic press, Inc., 1976, p. 335-384.
- KITAHARA, Yasuo. *Nihongo no bunpô (Gramática da língua japonesa)*. Reimpresso. Tóquio: Chûôkôronsha, 1993 (1ª ed., 1981) (Col. Nihongo no sekai, n. 6).
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A coesão textual*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- KOCH, Ingedore Grunfeld *et al.* Aspectos do processamento do fluxo de informação no discurso oral dialogado. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado, vol. 1: a ordem*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1991, p. 143-184.
- KRIEGER, Maria da Graça & FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. 1ª ed., São Paulo: Contexto, 2004.
- KRIEGER, Maria da Graça & MACIEL, Anna Maria Becker (Orgs). *Temas de terminologia*. 1ª ed., Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS/ Humanitas/USP, 2001.
- KUNO, Susumu. *The Structure of Japanese Language*. 11ª ed. Massachusetts: The MIT Press, 1996 (1ª ed., 1973a).
- _____. *Nihon bunpô kenkyû (Estudos da gramática da língua japonesa)*. 17ª ed. Tóquio: Taishûkan Shoten, 1996 (1ª ed., 1973b).
- _____. *Danwa no bunpô (Gramática do discurso)*. 2ª ed. Tóquio: Taishûkan Shoten, 1980 (1ª ed., 1978).
- KURZON, Dennis. The theme in text cohesion. In: TOBIN, Yishai (Org.). *The Prague School and Its Legacy: In Linguistics, Literature, Semiotics, Folklore, and the Arts, vol. 27*. Amsterdã: John Benjamins Publishing Company, 1988, p.155-162.
- LAMBRECHT, Knud. *Information Structure and Sentence Form: Topic, Focus and the Mental Representations of Discourse Referents*. Reimpresso, Nova York: Cambridge University Press, 1998 (1ª ed., 1994) (Cambridge Studies in Linguistics, n. 71).
- LEHMAN, Christina. A re-analysis of givenness: Stress in discourse. In: BEACH, Woodford A., FOX, Samuel E. e PHILOSOPH, Shulamith (Orgs.). *Papers from the Thirteenth Regional Meeting, Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1977, p. 316-324.
- LEITE, Yonne, CALLOU, Dinah, MORAES, João, KATO, Mary, ORSINI, Mônica, RODRIGUES, Violeta e COSTA, Elenice. Tópicos e adjuntos. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de & BASÍLIO, Margarida (Orgs.). *Gramática do português falado. Vol. IV: Estudos descritivos*. 1ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, p. 321-339.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Reimpresso. Cambridge: Cambridge University Press, 1997 (1ª ed., 1983).
- LI, Charles N. & THOMPSON, Sandra A. Subject and Topic: A New Typology of Language. In: LI, Charles N. (Org.). *Subject and Topic*. Nova York: Academic Press, Inc., 1976, p. 457-489.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- MASUOKA, Takashi, NODA, Hisashi e NUMATA, Yoshiko (Orgs.). *Nihongo no shudai to toritate (Tema e topicalização da língua japonesa)*. 2ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1997 (1ª ed., 1995).

- MATSUSHITA, Daizaburô. *Hyôjun nihon kôgohô (Regras gramaticais da língua falada do japonês padrão)*. Reed. aum. org. por TOKUDA, Masanobu. Tóquio: Benseisha, 1977 (Ed. original, 1930).
- MAYNARD, Senko K. Thematization as a staging device in the Japanese narrative. In: HINDS, John, MAYNARD, Senko K. e IWASAKI, Shoichi (Orgs.). *Perspectives on Topicalization: The Case of Japanese “Wa”* 1ª ed. Amsterdã: John Benjamins Publishing Co., 1987, p. 57-82.
- _____. *Danwa bunseki no kanôsei (Possibilidades da Análise do Discurso)*. 1ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1997.
- MIKAMI, Akira. *Gendaigohô josetsu – Shintakusu no kokoromi – (Introdução às regras gramaticais do japonês moderno – Uma tentativa para a Sintaxe)*. 1ª ed. Tóquio: Tôe Shoin, 1953.
- _____. *Zô wa hana ga nagai (O elefante, sua tromba é longa)*. 24ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1996 (1ª ed., 1960).
- MUKAI, Yûki. O morfema de topicalização “wa” – um breve histórico. *Estudos Japoneses*, São Paulo, v. 22, p. 113-145, 2002.
- _____. Análise do morfema “wa” da língua japonesa do ponto de vista pragmático-discursivo. *Estudos Japoneses*, São Paulo, vol. 23, p. 91-120, 2003a.
- _____. *O morfema “wa” da língua japonesa: suas funções do ponto de vista da estrutura informacional*. São Paulo, 2003b, 355 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística Japonesa) – Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- NODA, Hisashi. Bun no kaisô kara mita shudai to toritate (Tema e topicalização, do ponto de vista das camadas da frase). In: MASUOKA, Takashi, NODA, Hisashi e NUMATA, Yoshiko (Orgs.). *Nihongo no shudai to toritate (Tema e topicalização da língua japonesa)*. 2ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1997 (1ª ed., 1995).
- _____. *“Wa” to “ga” (Os morfemas “wa” e “ga”)*. 2ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1997 (1ª ed., 1996).
- ÔNO, Susumu. *Nihongo no bunpô wo kangaeru (Refletindo sobre a gramática da língua japonesa)*. 40ª ed. Tóquio: Iwanami Shoten, 1997 (1ª ed., 1978).
- PALMER, Frank Robert. *Grammatical Roles and Relations*. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- PRINCE, Ellen F. On the function of existential presupposition in discourse. In: FARKAS, Donka, JACOBSEN, Wesley M. e TODRYS, Karol W. (Orgs.). *Papers from the Fourteenth Regional Meeting, Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society, 1978, p. 362-376.
- _____. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, Peter (Org.). *Radical Pragmatics*. Nova York: Academic Press, 1981, p. 223-255.
- _____. Discourse analysis: A part of the study of linguistic competence. In: NEWMAYER, Frederick J (Org.). *Linguistics: The Cambridge Survey. vol. 2: Linguistic Theory: Extensions and Implications*. Reed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p. 164-182 (1ª ed., 1988).
- ROSS, John R. *Constraints on Variables in Syntax*. Doctoral dissertation, MIT, 1967.
- SAJI, Keizô. *Nihongo no bunpô no kenkyû (Estudos da gramática da língua japonesa)*. 3ª ed. Tóquio: Hitsuji Shobô, 1996 (1ª ed., 1991).
- SAKUMA, Kanae. *Gendai nihongohô no kenkyû (Estudo das regras gramaticais do japonês moderno)*. 5ª ed. Tóquio: Kôseisha Kôseikaku, 1967 (1ª ed., 1952).
- SCHMID, Hans-Jörg. “Presupposition can be a bluff”: How abstract nouns can be used as presupposition triggers. *Journal of Pragmatics*, Amsterdã, v. 33. n. 10, p. 1529-1552, 2001.

- SILVA, Maria Cristina Figueiredo. *A posição sujeito no português brasileiro: Frases finitas e infinitivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.
- SILVEIRA, Jane Rita Caetano da, FELTES, Heloísa Pedroso de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. 2. ed. Revisada e ampliada. Caixas do Sul: EDUCS/Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999 (1ª ed., 1997).
- SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. *Relevance: Communication and Cognition*. 2ª ed. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 2001 (1ª ed. 1986).
- SUGIMOTO, Takashi. *Imiron 2 – Ninchi imiron (Semântica 2 – Semântica cognitiva)*. 2ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 2000 (1ª ed., 1998).
- TANBO, Ken`ichi. Kakarijoshi “wa” no rikai (Compreensão do morfema de efeito modalizador wa). *Nihongogaku (Estudos da língua japonesa)*, Tóquio, v. 5. n. 2, Meiji Shoin, 1986, p. 14-21.
- TERAMURA, Hideo. *Nihongo no shintakusu to imi, III (A Sintaxe e o significado da língua japonesa, III)*. 3ª ed. Tóquio: Kuroshio Shuppan, 1998 (1ª ed., 1991).
- TSUKADA, Hiroyasu. *Nichieigo no shudai, shugo soshite shôryaku – Taikei kinôbunpôteki apurôchi (Tema, sujeito e eclipse do japonês e do inglês – Perspectiva da Systemic Functional Grammar)*. 1ª ed. Tóquio: Liber Shuppan, 2001.
- UMEGAKI, Minoru. *Nichiei hikaku hyôgenron (Estudos contrastivos sobre as expressões da língua inglesa e japonesa)*. 7ª ed. Tóquio: Taishûkan Shoten, 1993 (1ª ed., 1975).
- VAN DIJK, Teun A. *Text and Context: Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. 5ª ed. Nova York: Longman Inc., 1989 (1ª ed., 1977).
- VILELA, Mário & KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa*. 1ª ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- WEIL, Henri. *The Order of Words in the Ancient Languages Compared with That of the Modern Languages*. Tradução de Charles W. Boston Super: Ginn and Company, 1887 (Ed. original, *De l'ordre des mots dans les langues anciennes comparées aux langues modernes*. Paris, 1844).